



UERN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG

DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SUSTENTABILIDADE:
ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO**

MOSSORÓ/RN

2021

DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SUSTENTABILIDADE: ESTUDO
DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Estudos Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho

MOSSORÓ/ RN

2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

M488o Medeiros, Débora de Macêdo
Organizações da Sociedade Civil e Sustentabilidade:
Estudo de Caso na Reserva de Desenvolvimento
Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. / Débora de
Macêdo Medeiros. - Mossoró, 2021.
86p.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de
Carvalho.
Coorientador(a): Prof. Dr. Vinícius Claudino de Sá.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Organizações da Sociedade Civil. 2.
Sustentabilidade. 3. Reserva de Desenvolvimento
Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. 4. Unidades de
Conservação. 5. Desenvolvimento Sustentável. I.
Carvalho, Rodrigo Guimarães de. II. Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SUSTENTABILIDADE: ESTUDO
DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO), da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 20/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Dr. Vinícius Claudino de Sá (Titular Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Profa. Dra. Renata Guimarães de Carvalho (Titular Externa)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Ramiro Gustavo Valera Camacho (Suplente Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Prof. Dr. Joel Silva dos Santos (Suplente Externo)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este estudo ao cosmos que colocou em minha vida um anjo chamado Francisco Diego Fernandes, pois foi ele que me libertou... dizendo muitas vezes que eu era mais inteligente que ele, me mostrando o quanto eu era capaz de realizar os meus sonhos, à ele, o meu amor e a minha gratidão, te amo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo por ter nascido em uma família que sempre me amou e me proporcionou o melhor caminho para uma educação completa, e para ser uma humana realizada. Marcílio e Evani para mim são os melhores genitores do mundo, exemplos de pais que não sei descrever o tanto de amor que recebo, em simples vocábulos. Se pudesse escolher meus pais, optaria infinitas vezes por eles, gratidão sempre a vocês.

Agradeço também ao meu irmão, exemplo de cientista e curiosidade intelectual. A minha tia Nice que sempre demonstrou seu amor por nós.

Gratidão a todos os professores que me estimularam a estudar, a buscar sempre o conhecimento e que acreditaram em mim. Em especial ao meu professor Rodrigo Guimarães de Carvalho, que mesmo sem me conhecer quis ser meu orientador e hoje o mesmo diz que, sou um presente, agradeço pela amizade, pela parceria e confiança em mim depositada e vamos rumo ao doutorado em desenvolvimento e meio ambiente para ser meu coorientador.

Agradeço aos meu amigos e amigas que fiz ao longo da vida e que ainda permanecem em interações positivas ao meu ser, em especial Ju, meu motor de neurônios que diz que eu tenho a “cul à lune” (risos).

Em suma, gratidão ao universo como um todo, com as belezas naturais que me emocionam, gratidão por cada detalhe que me fez chegar até aqui, tanto os bons quanto os ruins me mostrando que eu sou sim capaz de chegar a onde quiser e realizar meus sonhos, e meu propósito de vida.

Que a natureza não seja vista apenas como um mero recurso a ser gasto por nossa espécie,
mas como o único meio para a manutenção e existência de todos os seres vivos.

Débora de Macêdo Medeiros

RESUMO

O desenvolvimento sustentável é algo urgente e necessário a toda a biosfera. Podemos dizer que o equilíbrio da extração dos recursos naturais depende de ações antrópicas coerentes e responsáveis com todas as espécies do planeta. O poder público tem a obrigação pelo arcabouço de leis brasileiras de promover a sustentabilidade econômica, social e também ambiental. Embora esta competência seja primordialmente da esfera pública, faz-se necessário compreender as ações sustentáveis que os grupos da sociedade civil promovem aos seres vivos. Este estudo analisou a atuação de organizações da sociedade civil na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Sabe-se que a atuação destas organizações ocorre desde o período de defesa do território e criação desta unidade de conservação estadual pela Lei Nº 8.349, de 18 de Julho de 2003. Nos procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão da literatura sobre os conceitos e as abordagens de Unidades de Conservação e das Organizações da Sociedade Civil, análise documental sobre a Reserva, levantamento de informações por meio de cinco entrevistas semiestruturadas direcionadas aos representantes das mais atuantes organizações da sociedade civil da RDSEPT, e aplicação de 87 questionários aos moradores das três maiores comunidades da Reserva: Sertãozinho, Barreiras e Diogo Lopes. Pôde-se observar uma relevância significativa que as organizações da sociedade civil proporcionam para o desenvolvimento sustentável da RDSEPT. Esses grupos participam do Conselho Gestor deliberativo da Reserva, influenciando nas tomadas de decisões condizentes com as diretrizes da Unidade de Conservação do tipo RDS, protegendo o território, preservando o meio ambiente local e as populações tradicionais. Em suas práticas realizam palestras, parcerias com instituições por meio de projetos, festivais estimulando a comercialização de produtos fabricados pelos próprios moradores tradicionais, reuniões para o fortalecimento das comunidades tradicionais e ações constantes a respeito da preservação ambiental e proteção aos ecossistemas locais. Em relação a percepção dos habitantes destas três maiores comunidades da Reserva foi notório extrair que, 63% dos moradores questionados concordam totalmente com a importância da atuação dessas OSC para a qualidade de vida na Reserva, porém 51% dos respondentes desconhecem o termo “organizações da sociedade civil”, confundindo estas com o próprio poder público, com a esfera privada, e com projetos relacionados a estas organizações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Organizações da Sociedade Civil; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

ABSTRACT

Sustainable development is urgent and necessary for the entire biosphere. We can say that the balance of extraction of natural resources depends on coherent and responsible anthropic actions with all species on the planet. Public authorities have an obligation under the framework of Brazilian laws to promote economic, social and also environmental sustainability. Although this competence is primarily from the public sphere, it is necessary to understand the sustainable actions that civil society groups promote to living beings. This study analyzed the performance of civil society organizations in the Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (RDSEPT). It is known that these organizations have been active since the period of defense of the territory and the creation of this state conservation unit by Law No. 8349, of July 18, 2003. In the methodological procedures, a literature review was carried out on the concepts and the approaches from Protected Areas and Civil Society Organizations, document analysis on the Reserve, gathering information through five semi-structured interviews directed at representatives of the most active civil society organizations of the RDSEPT, and application of 87 questionnaires to residents of the three largest Reserve communities: Sertãozinho, Barreiras and Diogo Lopes. It was possible to observe the significant relevance that civil society organizations provide for the sustainable development of the RDSEPT. These groups participate in the deliberative Management Council of the Reserve, influencing decision-making consistent with the guidelines of the Conservation Unit of the RDS type, protecting the territory, preserving the local environment and traditional populations. Their practices include lectures, partnerships with institutions through projects, festivals encouraging the sale of products manufactured by traditional residents themselves, meetings to strengthen traditional communities and constant actions regarding environmental preservation and protection of local ecosystems. Regarding the perception of the inhabitants of these three largest communities in the Reserve, it was notorious to extract that 63% of the residents questioned fully agree with the importance of the performance of these CSOs for the quality of life in the Reserve, but 51% of respondents are unaware of the term “organizations of the civil society”, confusing these with the public power itself, with the private sphere, and with projects related to these organizations.

Keywords: Sustainable Development; Civil Society Organizations; Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organizações do Terceiro setor e suas relações com outras organizações.....	21
Figura 02 - As Finalidades de Atuação das OSCs.....	23
Figura 03 - Unidades de Conservação Estaduais do Rio Grande do Norte.....	28
Figura 04 - Os Cincos Pilares do Desenvolvimento Sustentável.....	30
Figura 05 - Dunas, manguezal e estuário da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.....	36
Figura 06 - Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão/RN.....	37
Figura 07 - Representação da Escala de Likert.....	40
Figura 08 - Manifestações e Abaixo-assinado na comunidade de Diogo Lopes/RN em favor da criação de uma Unidade de Conservação.....	41
Figura 09 - Linha do Tempo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.....	42
Figura 10 - Quando você pensa em uma liderança na comunidade, qual nome lhe vem à cabeça?.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Categorias das Unidades de Conservação por tipo de Gestão/Domínio.....	25
Quadro 02 - Descrição do Perfil dos respondentes das entrevistas.....	44
Quadro 03 - Qual a missão, visão e valores desta organização?.....	45
Quadro 04 - Quantas pessoas participam ativamente da organização?.....	46
Quadro 05 - Quais as principais atividades exercidas pela organização?.....	47
Quadro 06 - Você acredita que os indivíduos que fazem parte desta organização se sentem motivados a participar de projetos de cunho socioambiental? Por que?.....	47
Quadro 07 - Existe muita rotatividade entre os participantes da organização?.....	48
Quadro 08 - Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que fazem parte desta organização?.....	49
Quadro 09 - Quais os principais pontos positivos gerados por esta organização para a preservação ambiental?.....	50
Quadro 10 - As pessoas que fazem parte desta organização estimulam o desenvolvimento econômico e social da comunidade tradicional local?.....	51
Quadro 11 - Quais as principais justificativas em fazer parte desta organização?.....	52
Quadro 12 - Quais são as perspectivas para os próximos anos em relação à existência desta organização?.....	52
Quadro 13 - As ações praticadas pelos indivíduos dessa organização são baseadas sempre pensando na sustentabilidade local?.....	53
Quadro 14 - Dos moradores que responderam o porquê da pergunta dois.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Você conhece alguma organização da sociedade civil atuante na Reserva?.....	55
Gráfico 02 - Você acha importante a atuação desses grupos para a qualidade de vida na Reserva? Por quê?.....	55
Gráfico 03 - Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda na preservação ambiental da Reserva? Por quê?.....	57
Gráfico 04 - Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda no desenvolvimento socioeconômico dos moradores das comunidades locais da Reserva? Por quê?.....	58
Gráfico 05 - Quando você necessita de alguma ajuda de qualquer natureza você pensa em alguma organização social para solucionar o problema?.....	59
Gráfico 06 - Você considera que a criação da Reserva Ponta do Tubarão foi um fator positivo para a comunidade na defesa do seu território tradicional?.....	61

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONOMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DS	Desenvolvimento Sustentável
ESEC	Estação Ecológica
FE	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional
FM	Floresta Municipal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
MONA	Monumento Natural
NUC	Núcleo de Unidade de Conservação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PARNA	Parque Nacional
PI	Proteção Integral
PM	Plano de manejo
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDSEPT	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre

SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCs	Unidade de Conservação
US	Uso Sustentável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 TERCEIRO SETOR E SUAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES	20
2.1.1 As múltiplas organizações sem fins lucrativos e as questões ambientais	20
2.1.1.1 Organizações da sociedade civil e suas relações com a sustentabilidade	22
2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM DIFERENTES ABORDAGENS	24
2.2.1 Unidades de conservação vistas como territórios	24
2.2.2 Unidades de conservação vistas como propulsoras do desenvolvimento sustentável	28
2.2.3 Unidades de Conservação e o Terceiro Setor	33
2.3 A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34
2.3.1 Características Geoambientais da RDSEPT	35
3 METODOLOGIA	37
3.1 ÁREA DE ESTUDO	37
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	37
3.2.1 Processo Inicial da Pesquisa	37
3.2.2 Caracterização da pesquisa e tratamento dos dados	38
3.2.3 Universo e amostra	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 CARACTERÍSTICAS, ATUAÇÃO E CENÁRIOS FUTUROS DAS OSC NA RDSEPT	41
4.2 FATORES QUE PODEM LEVAR AO FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO DAS OSC NA RDSEPT	48
4.3 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RDSEPT SOBRE AS OSC	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	71
APÊNDICE A: ENTREVISTA	72
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO	73
APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	74
ANEXO	77
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	78

1 INTRODUÇÃO

Devido a degradação de biomas e perda de espécies, alterando os sistemas ambientais globais, governos, organizações e indivíduos se preocupam em aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável (DS). De maneira geral, o DS significa atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras (VEIGA, 2005).

O DS é essencialmente um conceito que permite se encaixar em diversas vertentes da sociedade, sempre buscando o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental nas atuais e futuras gerações (KELLY et al., 2004). Segundo Hove (2009), o DS é um caminho para a mudança responsável na forma de exploração dos recursos da natureza, utilizando tecnologias e transformações organizacionais, pensando tanto no presente, quanto no futuro.

Conforme Glavic e Lukman (2007) é crescente o interesse sobre o DS e a sustentabilidade e, dependendo da ciência, são canalizadas estratégias específicas como, por exemplo, produção de energia limpa e renovável nas Engenharias, responsabilidade socioambiental na Administração, economia verde nas Finanças, reúso e diminuição dos resíduos sólidos na Geografia, manutenção da biodiversidade na Biologia, e gerenciamento de ações ecológicas sobre as organizações na Gestão Ambiental.

Diante disso, as ações de gestão ambiental devem ser conduzidas para proporcionar um ambiente ecologicamente equilibrado para todos. O papel e obrigação legal do Estado brasileiro e os instrumentos de gestão ambiental podem ser vistos na Constituição e em legislações federais, estaduais e municipais. Apesar da responsabilidade central do estado, é fundamental reconhecer a importância das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na área de gestão e conservação ambiental.

De acordo com Lopez (2018), as organizações da sociedade civil não visam à obtenção do lucro como seu papel crucial, e considerando o total de municípios no Brasil, é possível observar que quanto maior o número destes grupos específicos em um determinado território, maior o desenvolvimento local daquela região, influenciando na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, tornando inerentes a estas organizações o aumento da qualidade de vida, da educação e conseqüentemente da longevidade da população.

No Brasil, existem aproximadamente 820.000 (oitocentos e vinte mil) Organizações da Sociedade Civil com diversas finalidades, especificamente no estado do Rio Grande do Norte existem 11.033 conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020 (IPEA, 2020).

As Organizações do chamado Terceiro Setor que operam, direta ou indiretamente, com as questões ambientais vêm assumindo cada vez mais um papel categórico no que diz respeito às ações em prol da sociedade e na defesa do meio ambiente (LEWIS, 2001). Diante de uma população exponencialmente exigente (ARMANI, 2003), faz-se necessário o conhecimento do desempenho destas OSC e o que suas ações propiciam de benefícios ambientais, sociais e econômicos, para que posteriormente, haja a criação de políticas públicas voltadas ao aperfeiçoamento das ações praticadas por estas organizações.

Conforme Lewis (2001), a comunidade acadêmica deve-se debruçar sobre as OSC e analisar suas relevâncias e suas funções. Complementando essa diretriz, Armani (2003) afirma que as organizações do terceiro setor tem o poder de continuidade mediante não só a gestão e os processos internos, mas também como elas se relacionam com o ambiente nas quais estão inseridas.

Dentro do terceiro setor existem vários tipos de organizações, que se assemelham entre si por não terem a finalidade da obtenção do lucro. Porém, cada uma possui peculiaridades e funções distintas, as principais são: as organizações sociais, associações, fundações e organizações da sociedade civil, onde estas últimas definem a nomenclatura mais recente para as organizações não governamentais, conforme a Lei Federal 13.019/14.

As organizações sociais são grupos de pessoas jurídicas de direito privado cujo objetivo é canalizado às ações de ensino, pesquisa e tecnologia de acordo com a Lei Federal nº 9.637/98. Associações fazem referência a órgãos voltados a atender interesses privados de um determinado grupo, já as Fundações diferenciam das Associações quando se trata de um patrimônio de interesse público específico. E as OSC são entidades com natureza jurídica, mas que almejam a defesa de questões de interesse público e que promovem parcerias com esta mesma esfera. (IPEA, 2019).

No Rio Grande do Norte, existem 10 (dez) Unidades de Conservação Estaduais e apenas uma é do tipo Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e especificamente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), sabe-se de uma atuação permanente de OSCs desde a criação da RDSEPT até os dias atuais, interferindo na defesa do território, e nas questões socioambientais da Reserva. A relação entre OSC e unidades de conservação é comum no Brasil por meio dos Conselhos Gestores, e especificamente os CG das RDS tem o poder deliberativo, ou seja, poder de voz e voto entre os membros em caráter definitivo. Estas OSC ajudam a promover uma melhor eficiência na gestão das Unidades de Conservação (UCs), levando as necessidades dos indivíduos aos tomadores de decisões, tornando o processo mais democrático e justo. Contudo, é importante

conhecer como ocorre esse processo de engajamento da sociedade civil organizada, os desafios enfrentados por essas organizações, e o impacto destas para a conservação ambiental e o futuro do terceiro setor.

Dessa forma, surgiu a necessidade de se estudar as medidas sustentáveis e as ações praticadas pelas principais organizações da sociedade civil que atuam na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, localizada entre os municípios de Macau e Guamaré no Estado do Rio Grande do Norte.

Tomando como base tudo que foi descrito, e considerando a importância das OSC para a sociedade e para o meio ambiente, este estudo procurou responder o seguinte questionamento e pergunta de pesquisa: Qual a importância das Organizações da Sociedade Civil para promover a sustentabilidade da RDSEPT?

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a importância das OSC para o desenvolvimento sustentável da RDSEPT. Desta forma, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (i) analisar o histórico de atuação e os cenários futuros das OSC no fortalecimento da RDSEPT; (ii) diagnosticar os fatores que podem levar ao fortalecimento ou ao enfraquecimento das OSC na RDSEPT; (iii) avaliar o engajamento social e a percepção dos moradores da RDSEPT em relação à atuação das OSC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR E SUAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES

2.1.1 As múltiplas organizações sem fins lucrativos e as questões ambientais

Para Hampton (1992) uma organização é a união intencional de indivíduos e tecnologias a fim de atingir um determinado objetivo em comum. Onde existem tarefas, pessoas e uma gestão que necessita de planejamento, organização, direção e controle de ações.

As organizações existentes são bastante heterogêneas e variadas, e que ao longo do tempo existem alterações na mesma organização (CHIAVENATO, 1997). Conforme Maximiano (2004) uma determinada organização é um sistema composto por processos, divisão de trabalho e um conjunto de objetivos em comum.

A sociedade é dividida em três setores, cujo primeiro setor refere-se ao poder público, o segundo pela esfera privada e o terceiro com sendo um setor voluntário ou independente, com a existência de relações comunitárias que, doam o próprio tempo para participar da tomada de decisão da organização (RIFKIN, 1996).

O terceiro setor age em benefício público, com uma visão macro na promoção da cidadania as pessoas, apenas o Estado sozinho não atinge seu objetivo, necessita do terceiro setor para tornar viável a prática de suas obrigações (CAVALCANTI, 2006).

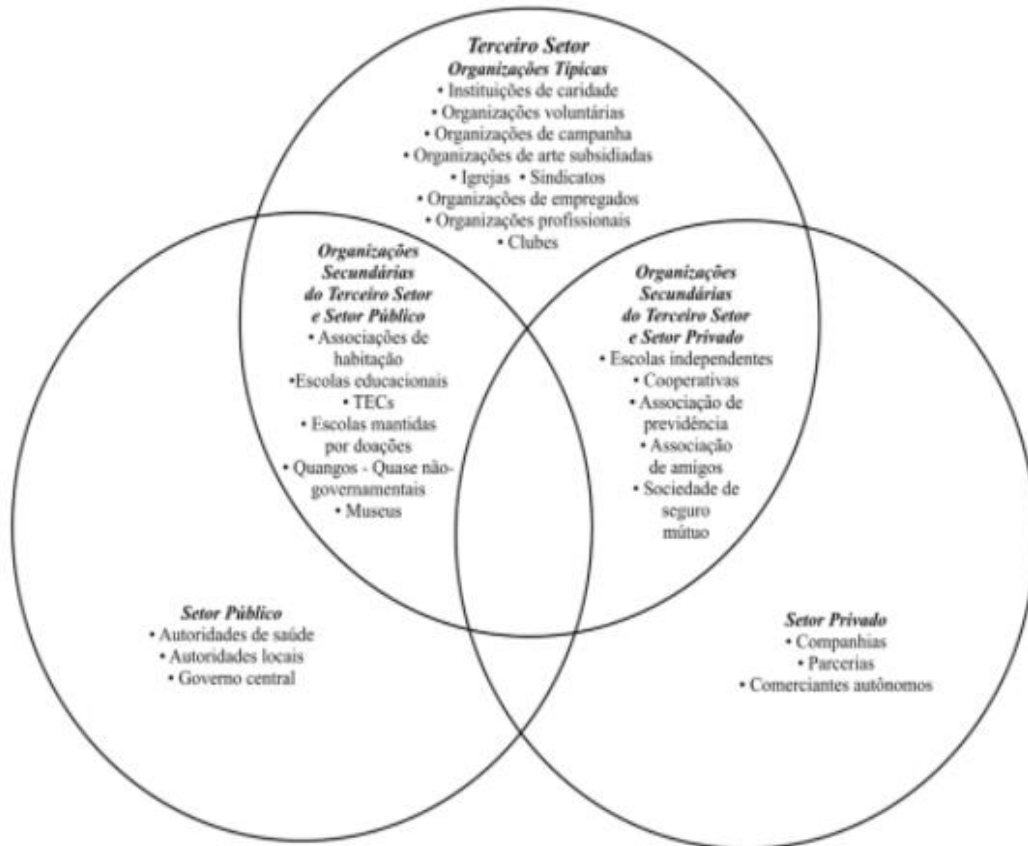
Algumas características do Terceiro setor elencadas por Cavalcanti (2006):

- Autonomia parcial em relação ao poder público
- Atividades voltadas ao interesse público
- Possui estrutura onde não há distribuição de lucros pelos representantes
- O trabalho é voluntário e/ou cooperativo
- Realização de tarefas referentes à cidadania, o bem comum e o desenvolvimento social sustentável.

Para Fernandes (1994) as organizações sem fins lucrativos são oriundas e geridas primordialmente por ações voluntárias, em um contexto não governamental, onde existem

práticas relacionadas à caridade e a filantropia, além de se relacionar com outros tipos de gestão, onde conseqüentemente fortalece as organizações da sociedade civil (Figura 1).

Figura 01 - Organizações do Terceiro setor e suas relações com outras organizações



Fonte: Hudson (1999).

Segundo Hudson (1999), o Terceiro setor inclui instituições beneficentes; organizações que fundamentalmente priorizam as questões sociais em detrimento das econômicas; engloba associações que podem levar ao lucro, porém não se distribui; organizações não governamentais que defendem uma causa específica, dentre outras, como mostra na figura 3, exemplificando os variados tipos de organizações do terceiro setor e suas relações englobando com as esferas pública e privada.

Pelo fato do Estado sozinho não conseguir deter todos os possíveis abusos ecológicos e deteriorização ambiental, Milaré (2005) afirma que por meio da interpretação da Constituição Federal Brasileira de 1988, é possível o poder legítimo individual e ou coletivo, através de associações por exemplo, à realizações de desafa ao meio ambiente e a plena mobilização social em prol da qualidade de vida dos indivíduos e a preocupação com a biodiversidade, além da atenção sobre a extração de recursos naturais de forma equilibrada.

Ele também deixa claro que o terceiro setor tem a legislação brasileira como base para as tomadas de decisões com o foco no âmbito ambiental, e para a promoção de um meio ecologicamente equilibrado.

Cada vez mais as organizações do terceiro setor que estão diretamente ligadas com as causas ambientais criam relevância significativa para a efetividade de políticas públicas e para o surgimento de iniciativas. Contudo pode haver fragilidades nestas instituições, por isso é necessário estudos constantes sobre estas organizações afim de compreender e auxiliar na melhoria da efetividade do desempenho das mesmas (BORN, 2003).

2.1.1.1 Organizações da sociedade civil e suas relações com a sustentabilidade

O Decreto Federal nº 8.726/2016 que regulamenta a Lei nº 13.019/2014, reconheceu o mapa das organizações da sociedade civil como uma ferramenta que auxilia a gestão pública, cujo objetivo é a transparência e publicação de informações sobre as organizações da sociedade civil, além das possíveis parcerias com o poder público, onde o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fica responsável por gerir essas informações (LOPES, 2018).

De acordo com o IBGE (2012) e a ONU (2018), consideram-se organizações da sociedade civil quando se encaixa em cinco critérios ao mesmo tempo, tais como:

- Serem privadas e que não possuam vínculo juridicamente com o Estado
- Não possuírem o lucro como objetivo, onde o excedente dos recursos obtidos é revertido para a própria organização.
- Ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- Administração independente, com suas próprias regras.
- E ter membros de maneira voluntária

Alguns exemplos de organizações da sociedade civil pela Lei federal nº 13.019/2014 são as associações privadas, fundações privadas, e entidades religiosas. Podem-se incluir também as cooperativas sociais na qual visão ajudar trabalhadores vulneráveis, onde estas fazem a capacitação de operários rurais através de ações sociais.

A seguir na Figura 02, são evidenciadas as diversas finalidades das OSC pelas cinco regiões do país, mostrando a ligação direta dessas organizações com os objetivos de práticas sustentáveis, interferindo nas esferas sociais, ambientais, econômicas, culturais, entre outras.

Figura 02 - As Finalidades de Atuação das OSCs

Finalidade das OSCs	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Saúde, assistência social e educação	13.837	675	3.021	5.613	3.713	815
Religião	5.448	436	990	2.426	1.036	560
Meio ambiente e proteção animal	3.268	291	588	1.396	680	313
Desenvolvimento rural	2.288	257	1.507	228	97	199
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.406	66	269	571	299	201
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	132.486	10.623	35.865	47.196	28.616	10.186
Outras atividades associativas	77.550	7.742	19.076	28.849	16.036	5.847
Associações de atividades não especificadas anteriormente	77.550	7.742	19.076	28.849	16.036	5.847
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2.106	5.222	6.194	3.360	2.254
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2.106	5.222	6.194	3.360	2.254
Total	820.186	67.370	205.300	325.376	157.898	64.242

Fonte: IPEA (2016).

Conforme Armani (2003), Organizações sem fins lucrativos ou as chamadas organizações do terceiro setor estão relacionadas com a promoção da sustentabilidade devido à interdependência que, as mesmas possuem quando se refere as funções finais relacionadas as questões socioambientais. Contudo, existem diversos tipos e finalidades de Organizações do terceiro setor no Brasil, cabe ao pesquisador analisar os objetivos destas organizações e averiguar qual a relação das mesmas como o alinhamento sustentável (LOPES, 2018).

Lewis (2001) nos dá o entendimento da importância do estudo sobre as organizações sem fins lucrativos e quais seus impactos gerados ao meio ambiente e compreender as funções fundamentais das mesmas para a sociedade como um todo. Com essa linha de raciocínio, podemos analisar que é possível haver a ligação entre as Organizações não governamentais ou da sociedade civil, com a sustentabilidade, a medida que aumenta a preocupação com as questões ambientais e a influência de certas doutrinas e hábitos sustentáveis em uma determinada região.

Levando em consideração o total de municípios brasileiros, e a quantidade de organizações da sociedade civil *per capita*, pode-se concluir que quanto maior a concentração de OSC em determinado local maior o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que envolve pontos relacionados a educação, qualidade de vida e longevidade social. Outra

análise pertinente é essa relação ter duplo sentido, onde existe maior desenvolvimento local mais fácil atrair organizações da sociedade civil (LOPEZ,2018).

2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM DIFERENTES ABORDAGENS

2.2.1 Unidades de conservação vistas como territórios

Por meio da Lei nº 9.985/2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que regulamentaria as chamadas UCs, tanto no âmbito federal, estadual e municipal. Esta lei permitiu um avanço no que diz respeito à possibilidade de uma visão mais ampla sobre a gestão de áreas naturais que necessitam de proteção. Outro benefício oriundo desta legislação específica, criada para a preservação dessas Unidades de Conservação foi à normatização da interação entre a esfera da sociedade civil e o Estado na gestão destas Unidades. (MMA, 2009).

As UCs são territórios que tem o gerenciamento de uma maneira diferenciada, cujo objetivo é de promoção da conservação e da utilização de recursos naturais de uma forma sustentável, promovendo o equilíbrio com a natureza, além de proporcionar o lazer e a possibilidade de auxiliar a comunidade científica através de pesquisas. Dentre os inúmeros benefícios para estas reservas, parques ou florestas, podemos citar a preservação dos solos, a preocupação com a questão hídrica, além dos fatores climáticos, o que interfere diretamente na produtividade econômica da região da unidade. (ALHO, 2008).

Analisando as Unidades de Conservação sob um viés mais aprofundado, podemos observar que, a partir do estabelecimento da zona de preservação e observando as características sociais e ambientais locais, é que é dada a permissão da realização de ações que corroborem para o desenvolvimento econômico, social, e ambiental daquele determinado local delimitado. Dessa forma, a criação destas zonas específicas propicia a interligação da conservação ambiental com o desenvolvimento econômico de uma comunidade em um determinado território (IPEA, 2009).

O Brasil atualmente possui 2.201 unidades de conservação somando as federais, estaduais e municipais. Correspondendo um total de 250 milhões de hectares, onde 698 são do tipo de proteção integral, como as estações ecológicas, parques, monumentos naturais, refúgio da vida silvestre e reserva biológica e 1.503 são do grupo de uso sustentável, onde este faz referencias as florestas, as reservas de desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas,

reservas de fauna, áreas de proteção ambiental, e de relevante interesse ecológico (MMA, 2018).

A seguir no Quadro 01, é evidenciado segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na Lei nº 9.985/2000, as UCs conforme o tipo de gestão específica por cada categoria.

Quadro 01 - Categorias das Unidades de Conservação por tipo de Gestão/Domínio

Grupo de UC	Categorias	Domínio
Proteção Integral	Reserva Biológica (REBIO)	Público
	Estação Ecológica (ESEC)	Público
	Parque Nacional (PARNA)	Público
	Monumento Natural (MN)	Público e Particular
	Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Público e Particular
Uso Sustentável	Reserva Extrativista (RESEX)	Público
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Público
	Floresta Nacional, Estadual e Municipal (FLONA, FE, FM)	Público
	Área de Proteção Ambiental (APA)	Público e Particular
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Público e Particular
	Reserva de Fauna (RF)	Público
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Particular

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SNUC (2000).

Conforme o Instituto Socioambiental (ISA), O Sistema Nacional Unidades de Conservação (SNUC) criado em 2000 possibilitou um avanço significativo para a regulamentação dessas áreas de conservação ambiental. Além de influenciar diretamente na preservação do patrimônio natural brasileiro. Após o SNUC, foram criadas 151 unidades de conservação só federal, correspondendo ao equivalente a 134 milhões de hectares, ou seja, representando três vezes a mais do que foi realizado em sessenta e cinco anos antes do sistema (MMA, 2018).

Analisando as unidades de conservação como territórios é visível à necessidade de se fazer uma regularização fundiária de maneira geral, em todas as unidades de conservação que possuam áreas de domínio público, devido ser comuns ocupações de maneira ilegal,

precisando haver desapropriação, como é o caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis que são de domínio público. (BRASIL, 2000).

Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia federal que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente relata que é necessária a regularização fundiária e que esta é um dos pontos que precisa ser melhorado. O ICMBio estima que existam muitos terrenos privados dentro dos limites das áreas de conservação, a exemplo seria o bioma da mata atlântica onde afirmam existir 600 mil hectares como áreas particulares (ICMBIO, 2018).

Um dos maiores entraves para a gestão das unidades de conservação e consequentemente para a solução dessa regularização fundiária é a falta de recursos financeiros, que visam indenizar aqueles que devem desocupar as áreas de proteção ambiental. É imprescindível o aumento do diálogo entre as esferas federais, estaduais e municipais para que facilite a obtenção desses recursos financeiros, além de aperfeiçoar a elaboração e implementação dos planos de manejo. (MMA, 2018).

Segundo o IBGE (2005), o somatório de todas as unidades de conservação no Brasil representaria um total de mais de um milhão de quilômetros quadrados, ou seja, correspondendo no mínimo em 16% do território brasileiro. Toda essa área compõem territórios específicos cujo objetivo primordial é a promoção de uma relação de poder em prol da manutenção e preservação de diversas espécies, da fauna, da flora. Além disso, alguns destes espaços de conservação se preocupam com a manutenção e perpetuação do modo de vida de comunidades tradicionais, deixando explícita a importância não só ambiental, mas também social, como por exemplo, as Reservas Extrativistas (RESEX) e as ReDS (IPEA, 2009).

O Brasil possui a quarta maior área territorial terrestre com proteção correspondendo a quase um milhão e meio de quilômetros quadrados de terras, perdendo apenas para países como os Estados Unidos, Rússia e China (WDPA, 2009). Com essa mesma linha de raciocínio, podemos perceber a alta relevância em se debruçar sobre estudos deste tipo de território específico tendo em vista a variedade de ciências envolvidas, e as consequências dessa delimitação territorial para os mais diversos atores abrangidos, de maneira direta ou indiretamente.

O território na atualidade passa a ser um conceito chave no debate dentro das ciências humanas, ele nos permite dar a compreensão das relações de poder que surgem em um contexto de um espaço geográfico delimitado com todas as suas sinergias envolvendo o que é natural, político, econômico e até mesmo cultural (SANTOS, 1997).

Através de um conhecimento de forma aprofundada a respeito das relações entre o homem e a natureza em um determinado território e as ligações deste território específico com o meio ambiente, torna-se mais viável a promoção efetiva e contínua do processo de desenvolvimento sustentável de uma região. Onde as relações de poder entre a sociedade e os recursos naturais possuem certa dependência, tornando-se importante a prática de uma responsabilidade socioambiental.

Pensar nos mecanismos capazes de promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental de um território específico facilita a criação de medidas e ações que propiciem esse desenvolvimento territorial, não só por parte do poder público, mas também por comunidades locais, onde todas as esferas sociais e governamentais corroborassem para uma efetividade do desenvolvimento sustentável de uma região. Promovendo a compreensão dessa rede de relações complexas tornam-se mais facilmente as tomadas de decisões em torno de uma geração de renda para a sociedade e para uma preservação ambiental do espaço geográfico específico (IDEMA, 2018).

O conceito de território possui diversos sentidos, conforme o contexto de análise referencial pode envolver várias ciências como deixa explícito Andrade (2004, p. 19):

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e domínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, pertencendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em ciências sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e também por Élisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado).

Conforme portaria nº 455 de dezembro de 2013 o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA) tem a missão de fazer o planejamento e definir diretrizes para a criação e gestão de Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC). E especificamente no Rio Grande do Norte conforme o IDEMA em 2014 existe 238 mil hectares em Unidades de Conservação, o equivalente a 4,5 % do território total do Estado. Além dessas, estão sendo criadas novas unidades de conservação, o que acarretará em um aumento de 4,5 % para 6,8 % no território estadual, o que resulta em um total de 360 mil hectares de áreas de preservação ambiental no estado. A seguir são evidenciadas na Figura 03 as unidades de conservação do Estado do Rio Grande do Norte com o seu respectivo ano de

criação, os municípios que são abrangidos por estas áreas, além de apresentar numericamente a extensão territorial de cada uma e o bioma relacionado à área protegida.

Figura 03 - Unidades de Conservação Estaduais do Rio Grande do Norte

Grupo	UC	Criação	Área (ha)	Municípios	Bioma
Proteção Integral	Parque Estadual Dunas do Natal "Jornalista Luiz Maria Alves"	1977	1.172,00	Natal	Mata Atlântica
	Parque Estadual Florêncio Luciano	1988	446,02	Parelhas	Caatinga
	Parque Estadual Mata da Pipa	2006	290,88	Tibau do Sul	Mata Atlântica
	Monumento Natural Caverna de Martins	2021*	3.538,45	Martins	Caatinga
Uso Sustentável	APA Piquiri-Una	1990	40.707,45	Goianinha, Canguaretama, Espírito Santo, Pedro Velho e Várzea	Mata Atlântica e Caatinga
	APA Jenipabu	1995	1.881	Natal e Extremoz	Mata Atlântica
	APA Bonfim-Guaraíra	1999	42.000,00	Tibau do Sul, Goianinha, Arês, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta e São José de Mipibu	Mata Atlântica
	APA dos Recifes de Corais	2001	130.000,00	Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros	Marinho
	RDS Ponta do Tubarão	2003	13.000,00	Macau e Guamaré	Caatinga
	APA Dunas do Rosado	2018	16.593,76	Porto do Mangue e Areia Branca	Caatinga
Em processo**	Parque Ecológico Pico do Cabugy	1988	2.164,00	Angicos	Caatinga

*Em processo de criação.

** Em processo de recategorização.

Fonte: IDEMA (2021).

2.2.2 Unidades de conservação vistas como propulsoras do desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável é considerado algo complexo, pois envolve diversas áreas das ciências, entre elas as questões econômicas, sociais, ambientais, culturais, entre outros. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi utilizada pela primeira vez pela primeira Ministra da Noruega, no ano de 1983, sugerindo o crescimento econômico atrelado às questões ambientais, e a partir daí houve a elaboração de documentos capazes de servirem

como referência para futuros materiais que, embasassem o discurso na Conferência das Nações Unidas com o tema ambiental e do desenvolvimento no ano de 1992 no Brasil (VEIGA, 2005).

Nossa Constituição Federal de 1988 faz referência à preservação ambiental, impulsionando o tema do desenvolvimento sustentável, devido existir muitos documentos internacionais sobre essa questão e assim tornou a proteção ambiental como cláusula pétrea, ou seja, sem a possibilidade de alteração, vista como um direito fundamental para os seres humanos. Dessa forma, seria possível a questão da qualidade de vida dos indivíduos hoje como também para as futuras gerações (FIORILLO, 2009).

Segundo Sachs (2007), para que haja o desenvolvimento sustentável necessariamente tem que haver a evolução econômica, não podemos pensar que, imaginar esta expressão é esquecer as questões econômicas em detrimento da esfera ambiental. Para que exista este tipo de desenvolvimento, deve ter também a progressão social e sua respectiva interação entre a sociedade e a natureza, além de nunca se esquecer das questões ecológicas atreladas à viabilidade econômica.

A seguir na Figura 04 mostra os 5 (cinco) pilares do desenvolvimento sustentável segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil que são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias e Paz, inicialmente proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2015). Onde os principais chefes de Estado da terra se comprometeram em seguir 169 metas para alcançar até o ano de 2030, uma sociedade mais justa economicamente, em harmonia com um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Onde o eixo pessoas faz referência à tentativa de erradicação da pobreza, com estímulo a diminuição da desigual social. A esfera planeta com a preocupação de uma gestão que possa ser sustentável promovendo o uso equilibrado dos recursos naturais e ações sobre as mudanças climáticas. A prosperidade relacionando ao bem estar da sociedade de maneira harmônica com a natureza. A paz com o estímulo a pacificação dos indivíduos, evitando a violência e as guerras. E a parceria entre todas as populações para que se alcancem todos os objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Figura 04 - Os Cincos Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS, 2015).

Conforme prega o Art. 2 da Lei nº 6.938 da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) podemos ver semelhanças desta Lei com o desenvolvimento sustentável e consequentemente com os objetivos das unidades de conservação no Brasil em:

[...] Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Utilizando essa linha de raciocínio, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação criado pela Lei Federal nº 9.985/2000 possui 12 (doze) categorias de UC, entre elas existem as Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis, onde possuem uma gestão específica com objetivos embasados nesta legislação. As atividades nelas promovidas contribuem para o conhecimento ambiental, científico, corroboram para o surgimento local do desenvolvimento sustentável, com a criação de redes produtivas de bens e serviços, proporcionando o desenvolvimento econômico e social atrelado à proteção do meio ambiente (IPEA, 2009).

As UCs são exemplos de áreas cujas características naturais são imprescindíveis à manutenção da biodiversidade, com a função da preservação de inúmeras espécies, da fauna e da flora, auxiliando na promoção do desenvolvimento sustentável. Estes locais servem de estímulo às práticas sustentáveis e as ações de uma cultura sustentável. Por meio da existência destes locais, é possível assegurar a extração de recursos naturais de forma equilibrada, com o mínimo de impacto ao meio ambiente. Além, de algumas categorias específicas de UC se preocuparem também com as comunidades tradicionais envolvidas na área de preservação, para que se tenham o sustento econômico por meio de atividades e técnicas em consonância com a esfera ambiental, como por exemplo, as RDS (SNUC, 2000).

Através do cumprimento real dos objetivos das unidades de conservação no Brasil, pode-se propiciar de numerosas benesses no âmbito social, econômico, ambiental dentre outros. Conforme Prates e Irving (2015), a legislação própria do SNUC é uma das escolhas mais vantajosas para o cuidado com a manutenção da biodiversidade do mundo. Existem diversas estratégias e desafios enormes que as unidades de conservação devem adotar no Brasil a fim de que se promovam um desenvolvimento sustentável expressivo, ou seja, na prática. Deve-se apresentar a sociedade a importância de desenvolvimento e continuidade desses territórios de conservação, como por exemplo, disseminar o conhecimento através da educação ambiental, e estimular a participação social na gestão dessas áreas protegidas por Lei, evidenciando os benefícios por elas gerados; valorizar as comunidades locais promovendo a utilização de recursos naturais que produzam a questão da sóciobiodiversidade; possibilitar a fiscalização da biodiversidade e combater as possíveis ameaças aos ecossistemas; promover a otimização do capital social e financeiro em relação aos recursos naturais, entre outros (JENKINS & JOPPA, 2009).

Como mencionado anteriormente, um dos tipos de Unidades de Conservação existentes é chamada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, onde esta é uma área específica composta por recursos naturais e comunidades tradicionais, cujo objetivo principal é a promoção da extração dessa matéria prima natural de uma maneira sustentável por parte

da população que nela habita, ou seja, promovendo um equilíbrio ambiental e ao mesmo tempo sendo capaz de gerar sustento para as famílias utilizando técnicas de manejo e propiciando um futuro digno e com oportunidades as futuras sociedades (FUNDAÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO, 2006).

Conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) existem 36 (trinta e seis) RDS no Brasil, 2 federais, 29 estaduais e 5 municipais (CNUC, 2021). Dentre as 29 RDS estaduais existentes, o Rio Grande do Norte tem apenas 1 (uma) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que se chama, Ponta do Tubarão, abrangendo os municípios de Macau e Guamaré. Esta Unidade de Conservação foi oriunda de uma vontade popular local que se tornou Lei em 18 de julho de 2003, cujo objetivo principal era proteger o meio ambiente e o modo de vida das comunidades tradicionais locais devido à preocupação com a possível ida de empreendimentos imobiliários para a região (IDEMA, 2018).

Dessa forma, podemos perceber o quanto as Unidades de Conservação e os seus diferentes tipos, estão ligadas as questões do desenvolvimento sustentável fazendo com que se tornem sempre importantes o contínuo estudo sobre elas, já que é um tema que cada vez mais cria relevância no ambiente acadêmico, mas também para a sociedade como um todo.

Segundo o Instituto Socioambiental (2015), uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área com componentes naturais e com a presença de populações tradicionais que vivem por meio da extração de recursos naturais específicos, como por exemplo, a pesca. Este tipo de unidade de conservação auxilia na manutenção da preservação ambiental, bem como a biodiversidade, além de proteger o modo de vida tradicional desses indivíduos.

As RDS fazem parte da categoria de uso sustentável, visando à valorização das técnicas de manejo onde residem os povos tradicionais. E conforme esta categoria prega, caso exista áreas consideradas privadas no limite territorial da Reserva, faz-se necessário o processo de desapropriação das mesmas. Além disso, as RDS são de domínio público que deve seguir as diretrizes de um Plano de Manejo (PM) específico. São permitidas pesquisas científicas por meio de autorização do órgão gestor, e extração de recursos naturais de maneira sustentável (ISA, 2015).

Por meio do SNUC na Lei 9.985/2000, foram criadas as Reserva de Desenvolvimento Sustentáveis, e estas são reguladas pelo Decreto nº 4.340/2002. É uma categoria de unidade de conservação que visa à utilização de métodos sustentáveis, e de preservação da natureza, além da preocupação também com a esfera social local dentro dos limites territoriais da reserva, com o intuito de manter o modo de vida de gerações tradicionais.

2.2.3 Unidades de Conservação e o Terceiro Setor

Sabe-se que a obrigação da gestão e da manutenção das Unidades de Conservação compete ao poder público, seja federal, estadual ou municipal, mas não podemos deixar de reconhecer a participação e a ligação direta que as organizações sem fins lucrativos exercem sobre a homeostase destes territórios protegidos por Lei (BRASIL, 2000).

Especificamente as RDS são geridas por um Conselho Gestor de caráter deliberativo, ou seja, tem o poder de tomar decisões sobre as ações dentro das RDS. Dos 12 (doze) tipos de Unidades de Conservação pela Lei 9.985/2000, apenas as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis possuem o poder de deliberar decisões em prol da área protegida.

Os órgãos gestores são presididos pela esfera governamental responsável, se for ao âmbito federal é o ICMBio, se for estadual é o órgão estadual específico que governa a Unidade de Conservação criada pelo estado (ISA, 2015). Estes Conselhos Gestores são formados por membros dos órgãos públicos, representantes da sociedade civil e também pelos povos tradicionais que fazem parte das UCs.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no Art. 225 deixa claro que todos tem o direito a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, devendo haver essa preservação como competência do setor público, quanto também à coletividade. Dessa forma, fica nítida a legitimidade da atuação de diversas organizações do Terceiro setor, cujo objetivo principal não almeja a obtenção do lucro, e sim um determinado interesse como, por exemplo, a preservação ambiental.

Especificamente no primeiro parágrafo, no inciso II do Art. 225 da CF/88 é evidenciada a ligação da esfera pública com as organizações da sociedade civil de interesse público, onde compete ao poder público, a preservação da biodiversidade e do patrimônio natural do país, além de fiscalizar as entidades do terceiro setor atreladas à pesquisa, e a manipulação dos recursos naturais.

Além disso, é notória a participação do terceiro setor por meio de entidades de defesa ao meio ambiente, estando atreladas as preocupações ambientais como, a participação destas organizações nos conselhos gestores de unidades de conservação e também no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Estas organizações sociais estão historicamente vinculadas à efetividade da prática da legislação ambiental brasileira (MMA, 2009).

2.3 A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este tipo de unidade de conservação se enquadra no tipo de uso sustentável. É considerada uma área que contém uma biodiversidade de fauna e flora e que vivem populações tradicionais. Essas áreas visam a proteção ambiental e manutenção de geração em geração dos modos de vida existentes. (SNUC,2000).

Alguns objetivos e características das RDS pela Lei Federal 9.985/2000:

- Permitir condições necessárias para a melhoria dos modos de vida tradicionais
- Incentivar o equilíbrio na exploração dos recursos naturais
- Estimular o conhecimento sobre técnicas de manejo ambiental
- Domínio público, ou seja pertence algo Estado/Esfera pública
- Possui Conselho Deliberativo, composto pelo poder público, pelas OSC e pelos próprios moradores da UC.

Uma observação importante a ser mencionada é que as RDS são as únicas juntamente com as Reservas Extrativistas que possui conselho deliberativo, ou seja, capaz de tomar decisões para que venham a ser colocadas em prática, diferentemente das demais que possuem conselho apenas consultivos, meramente para consultas das normas e regras da unidade de conservação em questão. Neste tipo de unidade de conservação é permitido visitas públicas, pesquisas científicas com a devida autorização do órgão gestor, pode-se haver também a extração de recursos naturais, desde que seja de maneira ecologicamente equilibrada.

Se existirem territórios privados deve-se haver a desocupação, pelo fato de serem de domínio público. Para os povos tradicionais terem direito a residirem nessas áreas deve-se assinar um contrato de permissão

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável foram organizadas a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no ano 2000 e regulamentadas pelo Decreto nº 4.340/2002. Conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no ano de 2015, existem exatamente 36 RDS no Brasil, sendo duas federais, 29 sob o domínio estadual e 5 municipais, sendo que a maioria das RDS estão localizadas em território amazônico. Alguns exemplos de RDS são de Mamirauá e do Rio Negro na Amazônia, RDS Veredas do Acari em Minas Gerais, a RDS Estadual ponta do Tubarão.

2.3.1 Características Geoambientais da RDSEPT

A RDS Estadual Ponta do Tubarão possui dois tipos de biomas, a caatinga e o bioma marinho. Os territórios geocológicos que sempre foram ocupados pelos moradores são as áreas de praia, a planície com os mangues, o tabuleiro costeiro e as dunas. O clima interfere nas questões ambientais da Reserva, pelo fato da RDSEPT estar localizada no litoral setentrional do Rio Grande do Norte, a média pluviométrica varia entorno de 600 a 800 milímetros por ano. Além disso, também é comum pela localização da Reserva ter lagoas do tipo intermitentes e sazonais.

Analisando as questões geológicas da RDSEPT, ela está enquadrada dentro do tipo sedimentar (parte litoral do RN), com a idade na Era Cenozóica, e abaixo da superfície estão os sedimentos da bacia Potiguar, o que justifica a grande quantidade de combustível fóssil, como é o exemplo do petróleo. Dessa forma, esse litoral possui baixa altitude e o clima semiárido, favorecendo a prática e possibilitando condições ideais para a atividade salina. (PLANO DE MANEJO DA RDSEPT, 2018).

Devido a aproximação da água salgada do mar com a água doce advinda das dunas de maneira subterrânea ocorre a diminuição da salinidade da água propiciando o equilíbrio e a sobrevivência de um dos ecossistemas mais relevantes da RDSEPT, o manguezal.

A seguir na Figura 05 é evidenciada uma imagem recente da RDSEPT, apresentando parte de seus ecossistemas e da biodiversidade existente nesta UC:

Figura 05 - Dunas, manguezal e estuário da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão



Fonte: Capturada pelos autores (2021).

Desde o final do Pleistoceno e o Holoceno há cerca de 18.000 anos atrás, as paisagens vem sofrendo diversas modificações na RDSEPT, onde se pode observar troncos de manguezais exumados na faixa de praia, dunas vegetadas, falésias ativas e soterradas, etc. Atualmente, devido a essas questões geológicas é possível analisar transportes de sedimentos juntamente com a fixação das vegetações. Parte da costa é coberta por esses depósitos tanto arenosos, quanto de areias finas que, estas acabam sendo classificadas como restingas e que por sua vez promovem a estabilização do ecossistema manguezal.

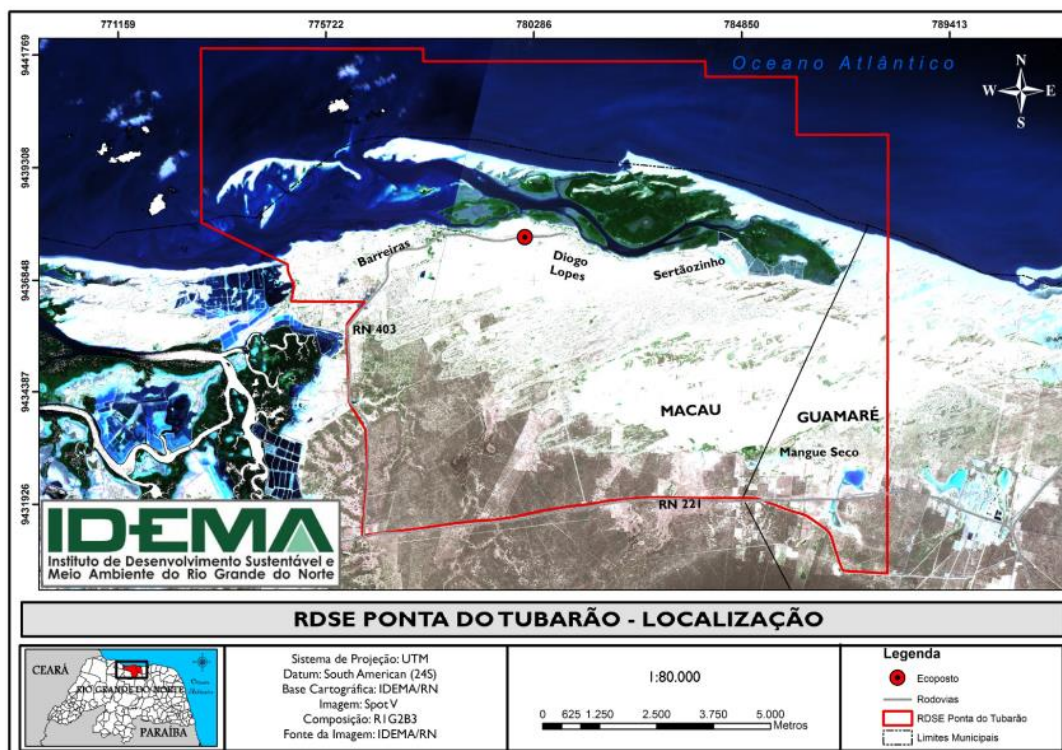
O clima no território da RDSEPT é considerado semiárido, devido haver o predomínio de estações secas em relação ao período chuvoso ao longo do ano. Com temperatura mínima de aproximadamente 24 °C e a máxima podendo chegar a mais de 40°C. Outra questão a ser ressaltada é a alta insolação na Reserva, uma das maiores do país, cerca de 2.600 horas/ano. (IDEMA, 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área estudada foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, mais especificamente nas comunidades de Diogo Lopes, Barreiras, e Sertãozinho. Esta unidade de conservação fica localizada entre os Municípios de Macau e Guamaré, na mesorregião Central Potiguar, mais precisamente no litoral setentrional do RN. Esta Reserva foi criada pela Lei Estadual nº 8.349 de 18 de julho de 2003, sendo a única RDS no Estado do RN. Logo abaixo é evidenciado o território da RDSEPT, conforme a Figura 06.

Figura 06 - Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão/RN



Fonte: IDEMA (2021).

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.2.1 Processo Inicial da Pesquisa

O órgão responsável por gerir as unidades de conservação estaduais do RN é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

(IDEMA). Esta autarquia tem a missão de aplicar a Política Ambiental no Estado do RN. Para a realização de qualquer pesquisa científica em Unidades de conservação Estaduais necessita-se de uma autorização prévia do NUC (Núcleo de Unidades de Conservação), departamento ligado ao IDEMA, cujo um dos objetivos é de analisar os projetos científicos e autorizar ou não as pesquisas.

O processo de submissão da documentação junto ao IDEMA iniciou-se em 24 de agosto de 2020, logo em seguida foi marcada uma reunião para a apresentação deste projeto de Mestrado em Geografia na linha de pesquisa de Estudos Socioambientais, e o mesmo foi aceito por unanimidade pelo conselho gestor da RDSEPT. E no dia 10 de dezembro de 2020 foi liberada a documentação autorizando a pesquisa na Reserva. A autorização foi registrada sob o Nº 95/2020, conforme os anexos.

Com a preocupação e receio de manter a ética em pesquisa com seres humanos por meio do sigilo e da preservação da identidade dos respondentes tanto dos representantes das organizações, quanto dos moradores das três comunidades pesquisadas, decidiu-se que este estudo seria submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). Inicialmente foi feito o cadastro na Plataforma Brasil no dia 06 de dezembro de 2020, sendo anexado todo o aparato documental exigido, inclusive o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no dia 25 de maio de 2021 o parecer liberado foi de aprovação sob o Nº 4.838.605, conforme os anexos.

Logo após a aprovação do IDEMA e do Comitê de Ética em Pesquisa houve as pesquisas de campo na RDSEPT, deve-se ressaltar que devido à conjuntura pandêmica da COVID-19, dificultou e atrasou o levantamento dos dados e dos conhecimentos para o estudo. Mesmo com todas essas limitações foram levantadas informações importantes a respeito das cinco Organizações mais atuantes na Reserva, as visões que os moradores tinham a respeito desses grupos, histórias e diálogos informais. Ao longo das pesquisas de campo também contribuíram para o processo de entendimento e aprofundamento do estudo qualitativo, com revelações bastante profundas acerca da percepção das três maiores comunidades tradicionais da RDSEPT sobre o processo de criação da mesma e também a respeito das OSC.

3.2.2 Caracterização da pesquisa e tratamento dos dados

A pesquisa em questão foi do tipo exploratório e descritivo, onde existe o desenvolvimento de novas ideias e conceitos levantados pelo próprio investigador, cujo estudo tem a finalidade de obter maiores informações sobre um tema que necessita ser

aprofundado. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva visa descrever características de determinada população ou fenômeno, além também de permitir estabelecer relações entre variáveis.

Quanto à abordagem foi de caráter predominantemente qualitativa, onde se estuda a questão proposta de uma forma mais subjetiva, fundamenta-se primordialmente em analisar um problema e a interação de variáveis, além de tentar compreender a dinâmica de certos grupos sociais (RICHARDSON, 1999). Dessa forma, este tipo de abordagem qualitativa por meio de entrevistas fazendo as análises de conteúdos dos atores envolvidos, se obtém o aprofundamento especificamente em relação ao conhecimento da importância das ações das OSCs para a promoção do desenvolvimento sustentável da RDSEPT.

Para o tratamento dos dados obtidos utilizou-se a Análise de Conteúdo para as entrevistas, que segundo Bardin (2016) é o ideal para tabulação de entrevistas semiestruturadas. Ainda conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo se refere a um grupo de técnicas capazes de analisar de maneira tanto quantitativa quanto qualitativamente a respeito das respostas coletadas pelo pesquisador (a), e conseqüentemente permitir de modo objetivo a descrição do conteúdo e possibilitando por meio analítico a relação das informações. As 12 perguntas das entrevistas semiestruturadas foram organizadas em formato de quadros, para a facilitar o processo de visualização e da análise do conteúdo.

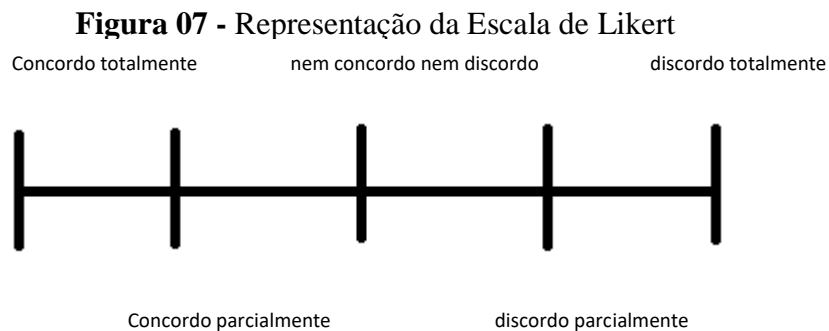
Já para os formulários foi utilizado a análise estatística descritiva, segundo Reis (2002) é o ideal para compilar e descrever questões importantes e características observadas pelo pesquisador. Dessa maneira, gerou-se resultados em forma de porcentagens e gráficos, específicos para cada pergunta do questionário, por meio do software da Microsoft Excel Versão 365 pró. Foram escolhidos gráficos de setores, mais comumente conhecidos como do tipo “pizza”, que conforme Reis (2002) é o tipo mais agradável para a observação das informações. Posteriormente a isso, possibilitou utilizar uma ferramenta que gera nuvens de palavras, usando o WordClouds, uma plataforma online e gratuita para a tabulação de uma pergunta específica do questionário aos moradores, analisando quais palavras foram mais citadas em relação a quem se considera como liderança dentro da RDSEPT.

Embora esta pesquisa seja de caráter predominantemente qualitativa, utilizou-se parâmetros quantitativos por meio dos formulários, sendo estes subordinados a análise qualitativa. A fim de obter um respaldo da atuação dessas organizações, analisando também a percepção dos moradores das três maiores comunidades da RDSEPT.

3.2.3 Universo e amostra

Dentro da área estudada foram analisadas as atuações das cinco mais relevantes Organizações da Sociedade Civil para a sustentabilidade na RDSEPT, e também a percepção dos moradores destas três maiores comunidades locais a respeito das ações dessas organizações sociais. Esta pesquisa foi feita com a utilização de dois instrumentos de pesquisa, o primeiro foi à aplicação de entrevistas semiestruturadas aos cinco representantes das Organizações da Sociedade Civil, mais atuantes na RDSEPT. As entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, sempre preservando as identidades dos respondentes. A entrevista semiestruturada foi composta por 12 perguntas, sendo a primeira a respeito do perfil dos representantes das OSC e as demais, todas abertas. E a segunda ferramenta de pesquisa foi à aplicação de 87 questionários compostos por 7 perguntas, onde 4 eram abertas e 3 com grau de concordância pela escala de Likert, variando do concordo totalmente ao discordo totalmente, aos moradores das comunidades de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho. Sendo abordados de maneira aleatória pelas ruas da Reserva.

A seguir na Figura 07 é evidenciada a representação aproximada do que seria esta técnica de análise de pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERÍSTICAS, ATUAÇÃO E CENÁRIOS FUTUROS DAS OSC NA RDSEPT

Desde 1995 houve uma preocupação social que culminou em uma mobilização dos moradores da comunidade de Diogo Lopes, devido a uma tentativa de instalação de uma empresa estrangeira na costa (VIANA; SALES, 2006). Posteriormente em 1996 um caso ainda mais grave ocorreu, um incêndio que queimou um rancho de pesca e isso estimulou engajamento social tanto dos moradores quanto das Organizações da Sociedade Civil. (SILVA, 2006).

Nos anos de 2001, 2002, 2003 houve passeatas, protestos e assinaturas contrárias as instalações de obras e imóveis estrangeiros na costa, conforme a Figura 08 abaixo, além dos encontros ecológicos que ocorriam anualmente. E com tantas pressões sociais dos moradores, das Organizações Sociais e também de Instituições, foi promulgada a Lei nº 8.349 em 18 de julho de 2003, de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (IDEMA, 2007).

Figura 08 - Manifestações e Abaixo-assinado na comunidade de Diogo Lopes/RN em favor da criação de uma Unidade de Conservação



Fonte: IDEMA (2018).

Dessa forma fica evidente a importância desses grupos sociais bem antes da origem da própria RDSEPT, para a defesa dos povos tradicionais, em proteger o território, os ecossistemas existentes e o modo de vida local. Ficando explícito que estas organizações estão diretamente relacionadas com as diretrizes do desenvolvimento sustentável, pela preocupação e engajamento em relação as questões sociambientais locais.

Os principais objetivos da RDSEPT conforme a Lei Estadual nº 8.349/03 são:

- Estimular as comunidade locais e também os visitantes a terem uma conscientização ambiental e de preservação da natureza
- Utilizar os equipamentos de pesca artesanal de maneira correta
- Adequar as atividade econômicas, sociais e ambientais com o uso sustentável
- Incentivar a realização de pesquisas científicas para a disseminação do conhecimento da biodiversidade local

Esta Reserva é um exemplo de que as organizações sociais e o engajamento da população local influenciaram na criação de fato de uma unidade de conservação do tipo RDS. Com a preocupação e a possibilidade da destruição do modo de vida tradicional dos moradores das comunidades, com uma possível instalação de empreendimentos estrangeiros, houve articulações de grupos sociais que conseguiram apoio da maioria dos moradores, para estimular a criação desta área protegida. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão é uma unidade de conservação de elevada significância não só para a preservação dos ecossistemas costeiros, mas também para a proteção e continuidade das comunidades tradicionais (PLANO DE MANEJO DA RDSEPT, 2018).

A seguir na Figura 09, é evidenciada a linha do tempo da RDSEPT que comprova esse engajamento social, bem antes da criação da Reserva de fato em 2003, deixando explícito antes mesmo da criação, que os grupos sociais tradicionais são bastante atuantes estavam preocupados com as questões socioeconômicas e ambientais locais, e em manter o modo de vida tradicional dessas comunidades.

Figura 09 - Linha do Tempo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão



Fonte: Plano de Manejo da RDSEPT (2020).

A questão da luta pelo território na RDSEPT não é um fato isolado. Os ambientes costeiros passaram por transformações aceleradas, onde o crescimento da urbanização, da industrialização, o aumento da densidade demográfica e o incremento do turismo, proporcionaram uma diversidade de questões sociais, econômicas e ambientais. Os litorais do mundo estão sendo transformados em artefatos por meio de ações danosas que envolvem a modificação funcional de ambientes como praias, dunas, manguezais e restingas. (NORDSTRON, 2010).

Do ponto de vista do uso e ocupação, vale lembrar que a zona costeira do Brasil possui cerca de 8.698 km de extensão (SHERER; SANCHES e NEGREIROS, 2010), estendendo-se desde a região sul até a região norte, e recebendo influência direta do Oceano Atlântico. O padrão colonial de ocupação brasileiro e sua evolução ao longo dos últimos séculos conduziu a um adensamento populacional e a concentração de atividades comerciais e industriais na zona costeira (MORAES, 2007). Esta zona concentra 13 das 27 capitais brasileiras, um indicador do alto nível de pressão a que seus recursos naturais e ambientais estão submetidos. (MMA, 2010). Moraes (2007) destaca a industrialização, a urbanização e o turismo como os três principais vetores de desenvolvimento na zona costeira brasileira, acarretando uma diversidade de impactos ambientais.

Tendo em vista que a zona costeira brasileira não apresenta um adensamento contínuo em seus 8.698 km de litoral, deve-se lembrar da existência de “vazios” demográficos que, tradicionalmente, foram ocupados por populações quilombolas e indígenas. Atualmente estão dispostas ao longo do litoral brasileiro uma infinidade de comunidades tradicionais que sobrevivem desenvolvendo atividades de pequena escala e com impactos ambientais de baixa magnitude. São comuns os casos em que estas comunidades entram em conflito direto com empreendimentos produtivos, industriais e turísticos, resultando em impactos sociais importantes que vem desestruturando as relações comunitárias e colocando em risco a soberania territorial e alimentar destas populações.

Sendo o litoral um ambiente de usos múltiplos, com uma favorabilidade ou, até mesmo, exclusividade para certos tipos de uso, cabe ao poder público promover o ordenamento visando a adequada locação das atividades primando pela conservação ambiental e sustentabilidade. O litoral brasileiro é tido como um espaço finito e relativamente escasso (MORAES, 2007), o que acirra as disputas territoriais e põe em evidência sua valorização frente aos ambientes da hinterlândia. Por outro lado, a expansão de atividades de alto impacto ambiental como a indústria petrolífera e a urbanização, precisam ser avaliadas,

ter seus impactos mitigados e contar com um monitoramento permanente, pois colocam em risco ecossistemas de grande importância e alta fragilidade natural.

Assim, percebe-se que os conflitos que resultaram na criação da RDSEPT retratam um cenário de contínua tentativa de apropriação dos espaços litorâneos para grandes projetos como a construção de resorts para exploração do turismo, da carcinicultura, a extração e produção de petróleo e mais recentemente os conflitos referentes a expansão das energias renováveis solar e, especialmente a eólica. (GORAYEB et al. 2018; BRANNSTROM et al. 2018; LOUREIRO; GORAYEB; BRANNSTROM, 2015; LOUREIRO et al. 2016). A criação de unidades de conservação da natureza que protegem o meio ambiente e os modos de vida tradicionais foi uma estratégia adotada em diversos locais, porém, com o tempo, muitos conflitos internos passam a existir.

No caso da RDSEPT, sendo de responsabilidade do poder público tanto sua implantação, como fiscalização e monitoramento, a ausência disso pode gerar uma percepção de fracasso para os moradores e, ao mesmo tempo, abrir espaço para críticas às organizações sociais que estão envolvidas com a luta pela valorização dos territórios pesqueiros.

Nos dados primários desta pesquisa, buscou-se conhecer qual o perfil dos cinco representantes das OSC mais atuantes da RDSEPT, sendo possível observar que a maioria possuem 40 anos ou mais, tem elevado grau de escolarização, estão a frente da Organização por um período de, no mínimo, 6 anos e que a maioria das OSC existem bem antes da criação da Reserva, sendo que uma delas existe há mais de 52 anos.

A seguir, no Quadro 02, são evidenciadas as informações levantadas a respeito do perfil dos cinco representantes das OSC mais atuantes na RDSEPT.

Quadro 02 - Descrição do Perfil dos respondentes das entrevistas

	Faixa Etária	Sexo	Escolaridade	Tempo de atuação na organização	Tempo de existência da organização
E1	Mais de 50	Masculino	Superior	Mais de 6 anos	52 anos
E2	31 a 40 anos	Masculino	Pós-graduação	8 anos	15 anos
E3	41 a 50 anos	Feminino	Pós-graduação	11 anos	21 anos
E4	Mais de 50	Masculino	Ensino médio (técnico)	8 anos	19 anos
E5	Mais de 50	Feminino	Superior	30 anos	35 anos

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados a respeito da missão, visão e valores da organização são apresentadas respostas contundentes no que refere a um engajamento e preocupações com as mais diversas esferas dos objetivos organizacionais, e o porquê a organização existe e o que

ela espera para o futuro. O caráter holístico a respeito dos direitos sociais, ambientais e sobre a qualidade de vida para os moradores da RDSEPT pode ser observado nas respostas. A seguir são demonstradas no Quadro 03 as respostas de cada representante das OSC. Deve-se ressaltar que a maioria dos entrevistados não colocaram as respostas de acordo com as distinções conceituais. Segundo Chiavenato (1997), a missão refere-se ao que a organização se propõe a fazer; a visão como sendo o que se espera sobre o futuro e os valores a respeito dos princípios, atitudes e decisões dos membros que compõem a organização.

Quadro 03 - Qual a missão, visão e valores desta organização?

	Missão	Visão/Valores
E1	Anunciar aos pescadores e as pescadoras a força libertadora do evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com os pescadores nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a liberação integral e a construção de uma nova sociedade; • Animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta pastoral; • Lutar por todos os meios necessários para a preservação do meio ambiente.
E2	Apoio a juventude, estimular o protagonismo da juventude, de igualdade, de respeito, de equidade, promover uma cultura libertadora	Relacionada ao meio ambiente; dar espaço para a juventude e para as minorias.
E3	De reunir as mulheres da comunidade sobre conversas informais importantes, no início eram reuniões sobre artesanato e depois foi se desenvolvendo sobre a questão da valorização a mulher, a importância da mulher na sociedade, conversando e desenvolvendo eventos, mesmo não sendo sócias.	A comunidade ter o espaço para que a mulher tenha um apoio e se instruir diante do que elas podem fazer e seus direitos, do que ela é capaz.
E4	Promover o desenvolvimento cultural, educativo formal e não formal de pessoas residentes ou não em sua área de ação, atendendo a infância, a adolescência e a terceira idade.	
E5	Promover o exercício da cidadania para a defesa da vida na busca dos direitos humanos e sócio ambientais para a superação das vulnerabilidades sócio ambientais.	<p>Visão A CJP será referência na luta pelos direitos humanos e sócio ambientais na construção da cidadania em vista da superação das vulnerabilidades socioambientais.</p> <p>Valores: Igualdade de gênero; justiça; integridade; ética; direitos humanos; direitos sócio ambientais; educação ambiental; cidadania; respeito; compromisso social; diversidade religiosa; coletividade; união ; solidariedade; fraternidade; relações pacíficas; democracia; igualdade de raça; igualdade étnica; amor; verdade; paz interior; retidão; gratidão; equidade de gênero.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em relação a quantidade de participantes das OSC, percebe-se que entre os entrevistados, a organização que possui a quantidade menor de pessoas atuantes é em torno de 13 pessoas, e algumas possuindo o número maior de aproximadamente de 30 pessoas ativas. Logo abaixo, no Quadro 04 é apresentado a quantidade de pessoas que trabalham nas cinco OSC, segundo os representantes de cada organização. Pode-se perceber que todas são organizações de pequeno porte.

Quadro 04 - Quantas pessoas participam ativamente da organização?

Respostas	
E1	O CPP Regional NE2 tem 09 membros remunerados (agentes sociais) e 12 agentes voluntários
E2	Entorno de 10 pessoas, aqui na reserva são 3 e as demais em outras localidades do estado do RN.
E3	Nós temos um grupo pequeno, em torno de 30 pessoas. Infelizmente algumas morreram e de maneira ativa é entorno de 5 a 15 pessoas. Que estas ficam trabalhando com cortes, costuras. Essa redução foi devido a pandemia, e como se trata de mulheres idosas deve-se ter cuidado.
E4	30 pessoas
E5	16 pessoas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando a quarta pergunta feita aos entrevistados, é claro observar como são diversificadas as ações das organizações na RDSEPT, influenciando nas questões do desenvolvimento socioambiental, evolução econômica dos moradores pelo estímulo e incentivo para participarem de cursos, oficinas, festivais para se aperfeiçoarem e permitirem a comercialização dos produtos gerados pelas comunidades nas feirinhas de artesanato, é importante ressaltar que nos diálogos informais foi transmitido que isso não foi possível pela conjuntura pandêmica, sendo suspensas essas ações. Além disso, há atuações das OSC no próprio conselho gestor da Reserva, a fim de contribuir para as tomadas de decisões que mais condizem com as diretrizes de uma RDS. A seguir são apresentadas, no Quadro 05 as respostas dos representantes das OSC.

Quadro 05 - Quais as principais atividades exercidas pela organização?

Respostas	
E1	a. Formação de agentes, colaboradores (as), pescadores e pescadoras b. Articulação na luta pela garantia de direitos socioambientais c. Incidência nas políticas públicas a partir da organização dos Pescadores e Pescadoras em suas comunidades.
E2	A gente desenvolve atividades culturais, eventos a nível estadual, formação de jovens com cursos e oficinas, formação ideológica e política, ambiental. É uma ong pequena, mas que tenta mudar a visão da juventude.
E3	Nós temos alguns cursos como corte e costura, a gente iniciou um evento chamado de festival folclórico da associação que ocorre no mês de agosto. Tem a questão da culinária, com produção de bolos, tapiocas, munguzá e isso ajudava até arrecadar fundos para o aluguel, reparo das máquinas.
E4	Arte da atuação e meio Ambiente.
E5	Encontro Ecológico, Seminário Profetas na Base, Regata de Veleiros, atua nos Conselhos: Conselho Gestor da RDS Estadual Ponta do Tubarão, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Conselho Municipal da Pesca de Macau. Participa do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social do RN, Rede SAR e Rede MangueMar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando a resposta da pergunta 5 em relação a questão da motivação dos participantes em se engajar com projetos de cunho socioambiental é notório perceber que por unanimidade todos os representantes disseram que sim, que essa luta se converge até com as próprias ações dos indivíduos que compõe a organização, há também estímulos, diálogos e incentivos para os moradores das comunidades em fazer cursos de desenvolvimento pessoal relacionados as esferas ambientais. A seguir, no Quadro 06, são apresentadas as respostas de cada representante entrevistado.

Quadro 06 - Você acredita que os indivíduos que fazem parte desta organização se sentem motivados a participar de projetos de cunho socioambiental? Por que?

Respostas	
E1	Sim. Isto faz parte naturalmente das linhas de ação e da finalidade da própria Instituição e das demandas do contexto onde atuamos.
E2	Sim, se sentem motivos, a gente já vem batendo nessa tecla da própria instituição e esta ong é associada a igreja católica. O papa ta estimulando uma preocupação ambiental cada vez maior, e criticando diversos governos e isso ajuda aos jovens mudar sua visão. Dentro do grupo de jovens vão buscando alguns cursos de graduação, ligado as questões ambientais, políticas, principalmente ambientais.
E3	Eu acredito, porque nós somos pessoas que fizemos parte no início dessa luta, vestimos a camisa, levantamos a bandeira e ainda hoje temos esse mesmo pensamento, somos pessoas que acreditamos que só em um ambiente sustentável e agradável e conservado que a gente pode viver melhor. As participantes desse grupo em sua maioria são mulheres que defendem o meio ambiente, a sustentabilidade e a conservação dos ecossistemas
E4	Sim, tem sido uma prática e são todos sensíveis as causas ambientais.
E5	Sim. Tem sido nossa prática através de parcerias com fundo de financiamentos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4.2 FATORES QUE PODEM LEVAR AO FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO DAS OSC NA RDSEPT

Analisando a resposta da pergunta 6 em relação a rotatividade dos membros das organizações, houve a observação que existe uma baixa rotatividade entre os associados, existindo mudanças mais em relação aos próprios representantes das OSC. Sendo o mais comum é haver o acréscimo de mais membros e os antigos com tendência de permanecer na organização. A seguir, no Quadro 07 são evidenciadas as respostas dos representantes das OSC a respeito da rotatividade dos membros da organização influenciando diretamente no processo de fortalecimento das mesmas em sua maioria devido a baixa rotatividade.

Quadro 07 - Existe muita rotatividade entre os participantes da organização?

Respostas	
E1	Existe sim, tanto dos remunerados qto dos voluntários, mas não são frequentes. Como também acréscimos de voluntários. Os remunerados são mais raros de aumentar devido os financiamentos.
E2	Existe sim. Como a eleição é a cada dois anos existe uma rotatividade, a gente nunca permanece, já que não é permitido, a gente sempre vai mesclando.
E3	Não. A gente tem as sócias fundadoras, que são senhoras mais de 80 anos e tem as mais novas que são filhas das sócias antigas. Elas vão chegando, acreditam e ficam. A gente essa missão de sensibilizar e se manterem. São pessoas que querem continuar a fazer história, que vem de geração em geração. Nosso grupo continua firme e presente.
E4	Não, estamos organizando uma nova etapa de novos associados.
E5	Existem acréscimos de novos associados

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados na pergunta 7, a respeito de quais seriam as maiores dificuldades enfrentadas pelos os indivíduos que compõem estas organizações, todas relataram um empecilho comum que, seria a obtenção de recursos financeiros para a manutenção das atividades organizacionais, dificuldade na atração de mais membros, baixa motivação para a participação nas reuniões, e na conciliação dos trabalhos remunerados de cada membro com as atividades da OSC. É imprescindível ressaltar que segundo LIMA (2016), essas Organizações Não Governamentais fazem muitas realizações positivas para a sociedade, até mesmo com pouco ou nenhum recurso financeiro para gerir, muitas vezes pela boa vontade de transformar positivamente a vida dos indivíduos e do Meio Ambiente. A seguir, no Quadro 08, estão transcritas as respostas dos entrevistados em relação a essas dificuldades mais comuns.

Quadro 08 - Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que fazem parte desta organização?

Entrevistado	Discurso
E1	As maiores dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que fazem parte do CPP são as mesmas enfrentadas pela organização como um todo, como por exemplo, neste atual momento, as questões relativas aos processos político e econômico que estão aprofundando cada dia mais as raízes do empobrecimento, tendo em vista a volta do Brasil ao MAPA DA FOME, com o crescente desemprego, o abandono das Políticas Sociais Públicas (em 2016, a PEC da morte – PEC 95 – congelou por 20 anos os recursos das políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, etc.), cujas comunidades com as quais trabalhamos são duramente atacadas gerando processos de vulnerabilidade sociais e ambientais. O incentivo ao agro e hidro negócio, o avanço do capital internacional com a chegada de grandes empresas (a exemplo das empresas geradoras de energias renováveis) que não dialogam com as comunidades, gerando problemas graves de grilagem de terras, de desmatamento e consequente destruição da fauna e da flora, de problemas sociais como o crescimento dos processos de drogadição, de exploração sexual e infecções sexuais transmissíveis, atingem os grupos com os quais trabalhamos, pois afeta diretamente as comunidades tradicionais pesqueiras.
E2	Uma das maiores dificuldades enfrentadas é o de participação, de aumentar o grupo em si, de jovens. Isso a nível de todas as instituições porque esta ONG tem sede principal em Parnamirim mas atua na Reserva.
E3	Nós somos uma instituição filantrópica, a gente não tem recursos, não temos ajuda de governo. A gente precisa acordar com cada uma um valor mensalmente, não temos prédio, nós alugamos um prédio por 300 reais, onde ficam 8 máquinas de costura, e de 4 a 5 funcionando. Os reparos são caros, pois são máquinas industriais que confeccionam camisetas, malharias. E nossa dificuldade maior são esses recursos, e para levantar esse capital a gente faz bingo, faz sorteio e nós não temos apoio e dificilmente os projetos que são apresentados a gente não consegue. Recentemente tivemos a visita em 2019 da oceânica que conseguiu publicar um livro com nossa história em alguns eventos da petrobras que eles tem um trabalho paralelo nos ajudou com alguns recursos, e com eles compramos uma caixa de som que a gente não tinha. O empecilho maior são os recursos. Devido ter essa mesalidade, umas podem outras não, dificultando a arrecadação.
E4	Falta de patrocínio para projetos e baixa motivação a participar das reuniões.
E5	Conciliar seus trabalhos remunerados (sobrevivência) com o trabalho voluntário na instituição. Tem que se desdobrar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados na pergunta 8 a respeito das contribuições para a preservação ambiental na RDSEPT, percebe-se a importância com a qual é tratada a questão ambiental por parte de todos os entrevistados. Como a prática do plantio de mangue, diálogos constantes entre estudantes e pesquisadores, estimulando palestras e encontros. Atuações no conselho gestor para a promoção de defesa das diretrizes da RDS. Também agem como “fiscais ambientais”, denunciando práticas danosas ao meio ambiente. Em seguida, no Quadro 09, é apresentada as respostas dos 5 entrevistados sobre essa positividade organizacional voltada as preocupações ambientais.

Quadro 09 - Quais os principais pontos positivos gerados por esta organização para a preservação ambiental?

Entrevistado	Discurso
E1	A ação do CPP junto às comunidades tem em vista não apenas a figura do pescador(a) e suas famílias dentro do processo de formação e organização, mas diz respeito ao todo, ao ambiente onde ele vive e trabalha. Neste sentido, nossas ações levam em conta todos os processos que apontam para o cuidado com a natureza, como ser vivo e portador de direitos. Por isso nossas ações vão além da pessoa do pescador (a) e vão sendo concretizadas nas ações das comunidades e suas bandeiras de luta quer sociais, quer ambientais.
E2	A gente vem fazendo atividades com o grupo de jovens, a gente participa do conselho gestor de forma atuante, estamos ali dentro do próprio conselho buscando caminhos para que possam ser desenvolvidas tanto de preservação, quanto de proteção, geração de renda a partir desse vies de preservação. E aí a gente vai atuando dentro do próprio turismo da reserva, trazendo os jovens, para que eles sejam multiplicadores das ações desenvolvidas na reserva, principalmente para os grupos que vem de fora, e eles vão disseminando esse conhecimento sobre a importância desse ambiente. Além disso, existem atividades como o plantio de mangue, vamos sempre contribuindo para que aja a preservação ambiental.
E3	Dentro dessa questão a associação tem-se mostrado sempre presente na formação do conselho. Somos pessoas que não deixamos as coisas de qualquer jeito. Estamos sempre inseridas nas reuniões, debatendo sobre as questões que envolve nossa comunidade da reserva, buscamos apoio, informar aos órgãos competentes de algo que não é adequado a nossa comunidade, ficamos observando essa construção e a proteção da reserva. A grande maioria das mulheres da associação defendem e tem esse cuidado, que observa a mortandade de peixes; uma degradação de um mangue; um esgoto que incomoda. A gente está sempre vigilante com o que não condiz com nossa reserva.
E4	Participando do Conselho Gestor da RDS PONTA DO TUBARÃO e de outros coletivos de cunho ambiental.
E5	A CJP foi uma das principais ONG's que mobilizou outras instituições e a população para a preservação dos ecossistemas da RDSEPT, para tanto se criou o Encontro Ecológico e a própria UC.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados na pergunta 9, se as pessoas que fazem parte da organização estimulam o desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais locais, todos os entrevistados afirmaram contribuir de alguma maneira para a melhoria das questões socioeconômicas dos moradores locais, por meio de estímulos e as práticas da economia solidária, formação por meio de cursos profissionalizantes, estímulo do turismo de base comunitária, incentivando os próprios moradores a se utilizarem de seus bens e ferramentas para ganharem uma renda extra. Há também um estímulo para a realização de festivais para a comercialização do artesanato fabricado pelos próprios moradores das comunidades. A seguir, no Quadro 10, são evidenciadas as respostas dos entrevistados acerca dessas práticas socioeconômicas para a RDSEPT.

Quadro 10 - As pessoas que fazem parte desta organização estimula o desenvolvimento econômico e social da comunidade tradicional local?

Entrevistado	Discurso
E1	Um dos trabalhos junto às comunidades pesqueiras é o fortalecimento das organizações locais na busca de geração de renda e no estímulo à prática da economia popular solidária. Neste sentido, o esforço do CPP está na formação dos agentes locais para que se tornem sujeitos de direitos de forma consciente, inclusive para lutar pelas políticas públicas específicas dos Pescadores e pescadoras.
E2	Sim, estimulam dentro de uma perspectiva de economia solidária. A gente pensa que a maior parte da população tem que ganhar. A gente quer que o desenvolvimento ele parta da comunidade e não de um influenciador externo. Estimula a prática do turismo de base comunitária, colocando o próprio pescador para utilizar a própria canoa para fazer um passeio, por exemplo. Dentro de uma linha de que todo mundo tem que se ajudar no desenvolvimento, que a própria comunidade possa ser gestora de seu desenvolvimento econômico. Porque quando vem de fora, vai gerar renda vai, mas a gente sabe que a partir do momento que ele não vê como aquela pessoa necessária, eles vão lá e descarta, gerando uma marginalização da própria comunidade, e alguns exemplos são pipa e canoa quebrada onde esse turismo de massa acaba gerando e a gente não pensa assim, pensamos que o turismo de base comunitária é o melhor.
E3	Sim, quando a gente pensou no evento do festival folclórico em 2018 nosso objetivo maior era esse, envolver, contribuir para esse desenvolvimento social e cultural da reserva, convidamos pessoas que trabalham em suas casas para trazer o seu produto e apresentarem. Envolvendo várias comunidades como Diogo Lopes, Barreiras, Mangue Seco. Nós priorizamos o pessoal da reserva, para apresentarem sua realidade cultural, de dança, de comida, de artesanato. Infelizmente pudemos contar só com Barreiras. Mas foi muito positivo, significativo garantindo a sustentabilidade de cada um.
E4	Sim, a própria instituição com um restaurante em regime de economia familiar.
E5	Sim. Esse é um dos maiores empenhos da CJP, que inclusive está nos objetivos da Reserva. “Melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais...”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando a pergunta 10 dos entrevistados em relação aos desafios atuais em manter as OSC pode-se perceber que, dentre os maiores desafios na atualidade por eles enfrentados estão na obtenção de recursos econômicos e parcerias que deem suporte financeiro para a manutenção das atividades organizacionais, também no estímulo da retomada das atividades presenciais devido a pandemia da COVID-19. Logo abaixo, no quadro 11, estão as respostas dos 5 entrevistados em relação a esses desafios atuais para manter essas organizações.

Quadro 11 - Quais os desafios atuais para manter o funcionamento desta organização?

Entrevistado	Discurso
E1	Um dos desafios hoje, é a luta pela própria sobrevivência da Instituição, já que contamos quase que unicamente de uma só fonte da Cooperação Internacional (Misereor-Alemanha) para a manutenção dos trabalhos, refletindo assim certa insegurança inclusive na continuidade das ações junto às comunidades e grupos acompanhados pelo CPP.
E2	A gente tem dificuldade em ter recursos, um dos principais problemas, como é uma ong nós não temos recursos próprios. A gente acaba limitando as ações que vão ser desenvolvidas, porque não tem como manter essas ações, priorizando ações com o custo mínimo ou zero. Por isso a importância de desenvolver projetos para que se obtenha recursos para a instituição.
E3	Agora é tá resgatando essa participação, porque o número maior é de idosos. Estamos esperando passar isso para retomar com mais força, com os diálogos, nossos passeios, atividades. O desafio maior é fazer esse chamamento para a retomada das atividades e as reuniões mensais que tínhamos.
E4	Manter os custos fixos, captar recursos por meio de projetos e convênios.
E5	Financeiro, pois a instituição sobrevive principalmente do trabalho voluntário de seus membros, porém para desenvolver atividades que cumpram seus objetivos dependem de projetos sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando a pergunta 11 a respeito das perspectivas para os próximos anos em relação a existência das organizações, os entrevistados quase em sua totalidade se mantêm com a preocupação em cima da captação dos recursos financeiros para dar continuidade da existência das organizações, e alguns representantes continuam com a esperança de que embora haja todas essas dificuldades, possa-se atingir a continuidade da organização. Logo abaixo, no quadro 12, estão as respostas dos 5 entrevistados em relação a essas perspectivas futuras.

Quadro 12 - Quais são as perspectivas para os próximos anos em relação à existência desta organização?

Entrevistado	Discurso
E1	O CPP é uma instituição de mais de 50 anos com fortes necessidades de permanecer outros tantos, no entanto, depende muito de financiamento pra continuar seu trabalho.
E2	A gente espera que ela possa progredir, possa tá desenvolvimento atividades ousadas, atingindo um maior número de pessoas e a partir daí a gente possa renovar o quadro. Captar recursos e trazer mais jovens para a instituição.
E3	Eu espero que nós tenhamos a nossa cede, pensamos trabalhar para isso. Garantir um recurso, um fundo de rotatividade. Que possamos envolver mais mulheres em atividades, que elas possam ser remuneradas por aquele serviços prestados, ter uma lojinha coletiva em toda à area da reserva, e fazer valer essa sustentabilidade. Para que dê qualidade vida as mulheres da reserva.”
E4	Se atualizar para existir e buscar parcerias.
E5	A CJP ainda terá uma longa caminhada, com novos membros e com parceiros institucionais e pessoas (externas) que muito tem contribuído para sua atuação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados na pergunta 12 a respeito das ações praticadas pelos indivíduos da organização se são baseadas sempre pensando na sustentabilidade local foi nítido perceber que todas as organizações se preocupam e mantem as ações voltadas para a melhoria da

qualidade de vida das comunidades tradicionais, que estimulam a prática de eventos para o crescimento econômico dos moradores locais, há promoção de reuniões para explicar a importância e defesa dos ecossistemas e do próprio território local, com a preservação também do modo de vida tradicional, como por exemplo, a pesca artesanal que é a principal fonte de renda dos habitantes da reserva. Logo em seguida, no quadro 13, estão as respostas dos cinco entrevistados a respeito das ações sustentáveis praticadas pelas OSC na RDSEPT.

Quadro 13 - As ações praticadas pelos indivíduos dessa organização são baseadas sempre pensando na sustentabilidade local?

Entrevistado	Discurso
E1	Sim. Isso faz parte também dos processos da vida institucional, pela própria característica dos projetos por ela desenvolvidos e pela sua própria missão.
E2	Sim, a gente sempre pensa principalmente na economia solidária que ela possa tá atingindo os menos favorecidos. E que as populações tradicionais elas estão nesse público de menos favorecidos e menos privilegiados, e a gente precisa dessas discussões para que essas populações tenham seu protagonismo e seu desenvolvimento próprio. As ações estão sendo relacionadas com a economia verde, com o desenvolvimento sustentável, tanto para a população da reserva quanto para o pessoal no entorno da reserva. E com isso desenvolve a qualidade de vida para todos.
E3	Sim, quando a gente realiza um evento como falei, a onde a gente senta e esquematiza. Envolve alguém de fora, da animação, como o sanfoneiro com seu trio, o rapaz do som, alguém que vai arrumar o espaço. Tudo que a gente faz é pensando nessa coletividade, onde todos tenham valorização do seu trabalho. As meninas estão produzindo recentemente mais é para manter o prédio, o aluguel em dia, a compra das malhas, o reparo das máquinas.
E4	Sim, buscamos atuar em ações de sustentabilidade com a manutenção de recursos do ambiente local (água) consumo próprio, e manter a sociabilidade com outras instituições na Reserva.
E5	A opção da CJP de trabalhar em prol das populações tradicionais, pescadores e outros, bem como do público mais excluído canaliza para essa preocupação com a sustentabilidade local e a manutenção dessas populações nos seus territórios de origem, preservando além do meio ambiente os valores culturais e seus modos de vida.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4.3 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RDSEPT SOBRE AS OSC

De maneira inicial, com a aplicação dos questionários nas comunidades de Diogo Lopes, Sertãozinho e Barreiras, que são as três maiores comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, foi nítido perceber por meio das respostas e dos diálogos informais a pouca compreensão por parte dos moradores locais acerca do termo “organizações da sociedade civil”, muitas vezes sendo relatadas por eles como sendo o próprio poder público e por outros como organizações privadas que privilegiam os interesses pessoais de seus respectivos representantes.

Diferentemente do que pode-se perceber através das entrevistas com os representantes das cinco OSC mais atuantes da RDSEPT, que foram aplicadas no mesmo período dos

questionários, observa-se a alta relevância que essas organizações têm em relação as preocupações sociais, econômicas, ambientais, não só dentro da área delimitada da Reserva, mas também no entorno dela.

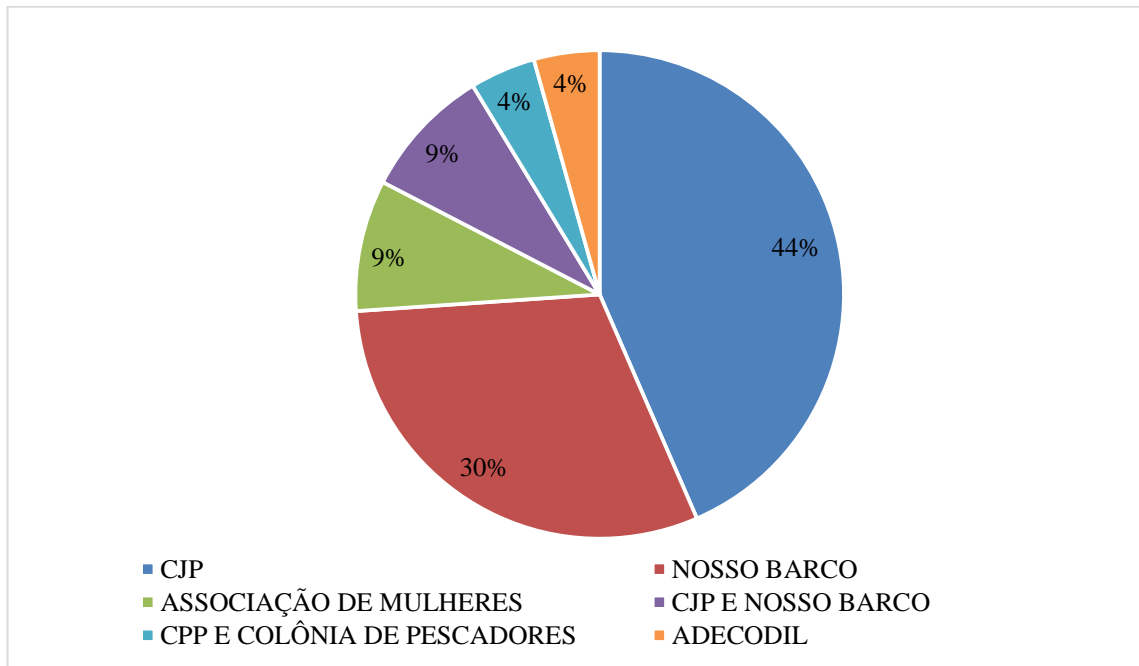
Bem antes da criação da Reserva já existiam essas organizações da sociedade civil e seus papéis eram fundamentais sobre as questões de cunho socioambiental. Desse modo, essas organizações foram determinantes para a criação da RDSEPT em 2003 e posteriormente, em 2004, com a criação do Conselho Gestor (CG), passaram a atuar permanentemente na RDSEPT. Ressalta-se que o CG possui 19 representações, sendo 12 não governamentais e 07 governamentais. Das 12 não governamentais, 10 são destinadas a Organizações da Sociedade Civil com atuação na região da RDSET, portanto, a maioria do CG é composta pela sociedade civil (LEI ESTADUAL Nº 8.349, 2003).

Conforme Quadros (2015), os Conselhos são fatores importantes para a participação social e estimula a vertente de uma gestão participativa e democrática sobre as Unidades de Conservação. Embora existista uma legislação que ampare esse engajamento desses grupos sociais, muitas vezes este fato não se torna garantia efetiva para uma excelente gestão sobre as Unidades de Conservação e uma homeostase em relações aos possíveis aparecimentos de conflitos.

Primeiro buscou-se analisar as quantidades e as porcentagens específicas de cada morador por comunidade envolvida e o resultado foi o seguinte, sendo 87 correspondendo a 100% dos moradores entrevistados, onde 40% foram da Comunidade de Diogo Lopes, 36% da Comunidade de Sertãozinho, e 24% da Comunidade de Barreiras.

Quando questionados se conheciam alguma organização da sociedade civil atuante na RDSEPT 51% (44 pessoas) responderam que não conheciam e 49% (43 pessoas) conheciam, desses 49% que responderam que conheciam houve alguns exemplos, conforme o Gráfico 01. É importante observar que, grande parte dos moradores das três comunidades confunde o que seria de fato uma organização da sociedade civil, pois umas significativas parcelas dos que disseram conhecer alguma OSC na RDSEPT citaram um projeto e não uma organização, como é o caso do “NOSSO BARCO” que foi um projeto ligado a CJP (Comissão de Justiça e Paz). A seguir, no Gráfico 01, são evidenciadas as organizações mais citadas pelos moradores das três comunidades. Desta forma, nota-se que na verdade 83% das citações dos moradores foram em relação à Organização de Comissão de Justiça e Paz, sendo esta OSC mais lembrada pelas comunidades.

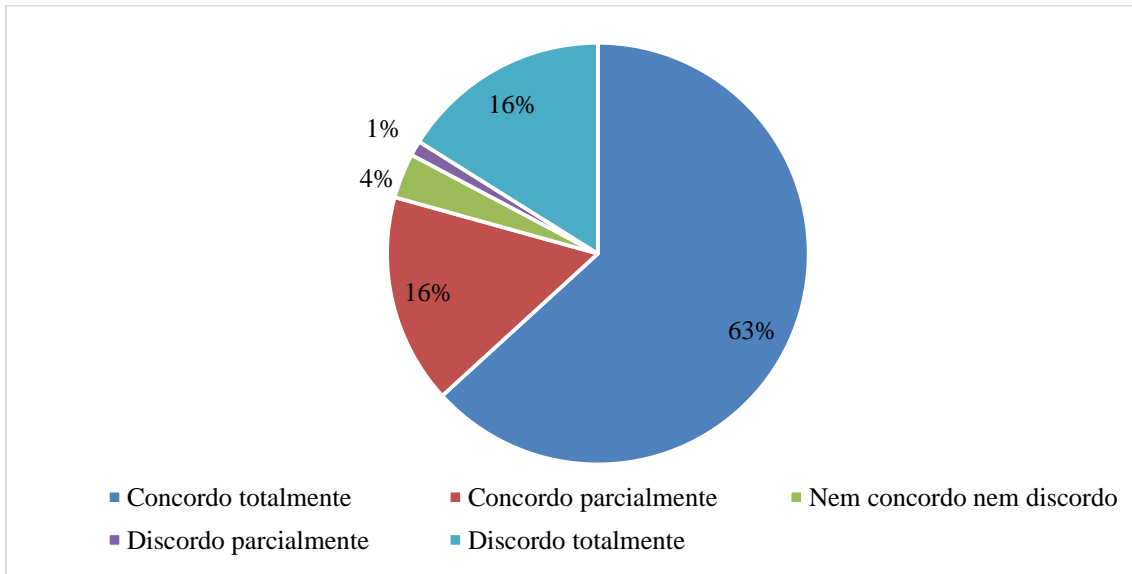
Gráfico 01 - Você conhece alguma organização da sociedade civil atuante na Reserva?
Quais?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando o segundo questionamento aos moradores a respeito desses grupos sociais para a promoção da qualidade de vida na Reserva, foi observado que, embora na pergunta anterior boa parte dos moradores desconheciam as OSC, foi possível observar que a maioria concorda totalmente com a importância desses grupos para melhoria da vida na comunidade, correspondendo a 63% dos respondentes e 16% concordam parcialmente conforme se apresenta no Gráfico 02.

Gráfico 02 - Você acha importante a atuação desses grupos para a qualidade de vida na Reserva? Por quê?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Ainda sobre o segundo questionamento em relação a geração de qualidade de vida das OSC para os moradores na RDSEPT, alguns porquês foram mencionados conforme a seguir, no Quadro 14.

Quadro 14 - Dos moradores que responderam o porquê da pergunta dois

55(concordo totalmente), porque a comunidade é carente, precisa de ajuda; não tem conhecimento de nenhuma, mas acha importante; deve ser importante, porém não tem conhecimento da atuação de nenhuma; Mesmo não tendo conhecimento de alguma, vê que é importante para ajudar os moradores; se fossem atuantes;

14(concordo parcialmente), porque não depende de nenhuma; para que traga benefícios para a população;

3(nem concordo nem discordo), porque não vê atuação dos mesmos;

1(discordo parcialmente), porque não há melhorias para os moradores;

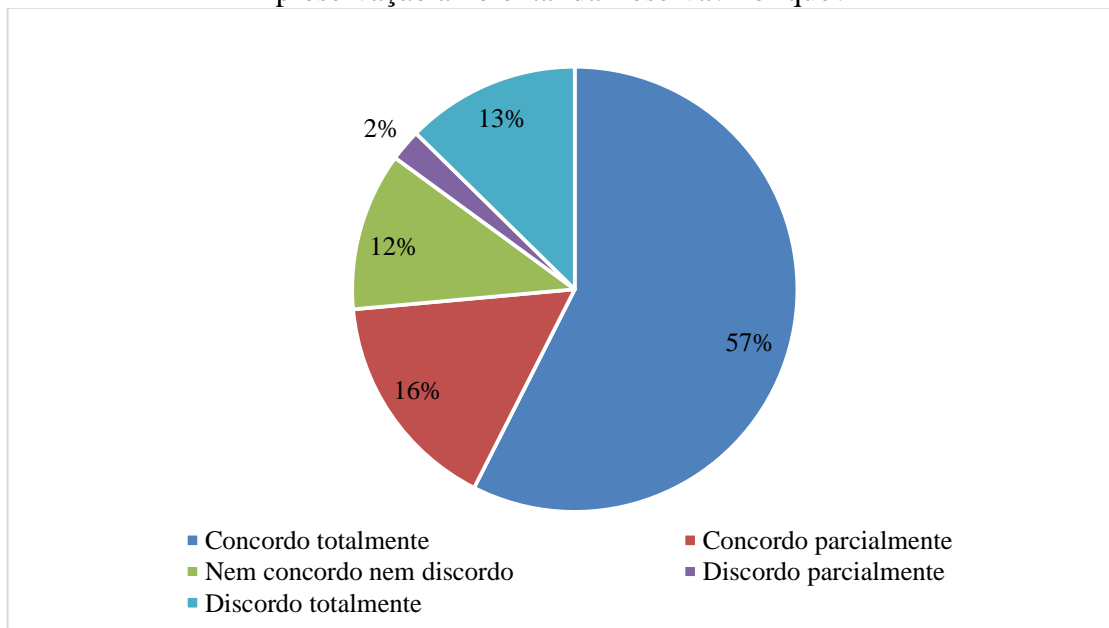
14(discordo totalmente), porque não vê benefícios; porque não vê nenhuma atuando.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Um detalhe bastante relevante a ser ressaltado é que a maioria dos moradores entrevistados que disseram concordar totalmente com a importância das OSC para a qualidade de vida na RDSEPT, acham realmente importantes as OSC para a qualidade de vida, só que não veem a atuação das mesmas. Demonstrando alguma noção do entendimento do que seriam esses grupos sociais, sendo que dentro da Reserva há um desconhecimento dessas atuações.

Quando questionados a respeito da atuação das OSC para a preservação ambiental na RDSEPT, 57% disseram que concorda totalmente, seguido de 16% de concordo parcialmente. Dos que falaram o porquê: para 50 pessoas (concordo totalmente), somente essas organizações se mobilizam; porque ajuda na conscientização, na reeducação e na própria preservação. 10 pessoas (concordo parcialmente) responderam porque não há o repasse das informações necessárias para a conscientização da população; porque não é em prol de toda a população; e 11 pessoas (discordo totalmente) responderam que deveriam ser mais atuantes; porque não há proteção. A seguir são evidenciadas, no Gráfico 03, as porcentagens das respostas dos moradores conforme a escala de Likert.

Gráfico 03 - Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda na preservação ambiental da Reserva? Por quê?

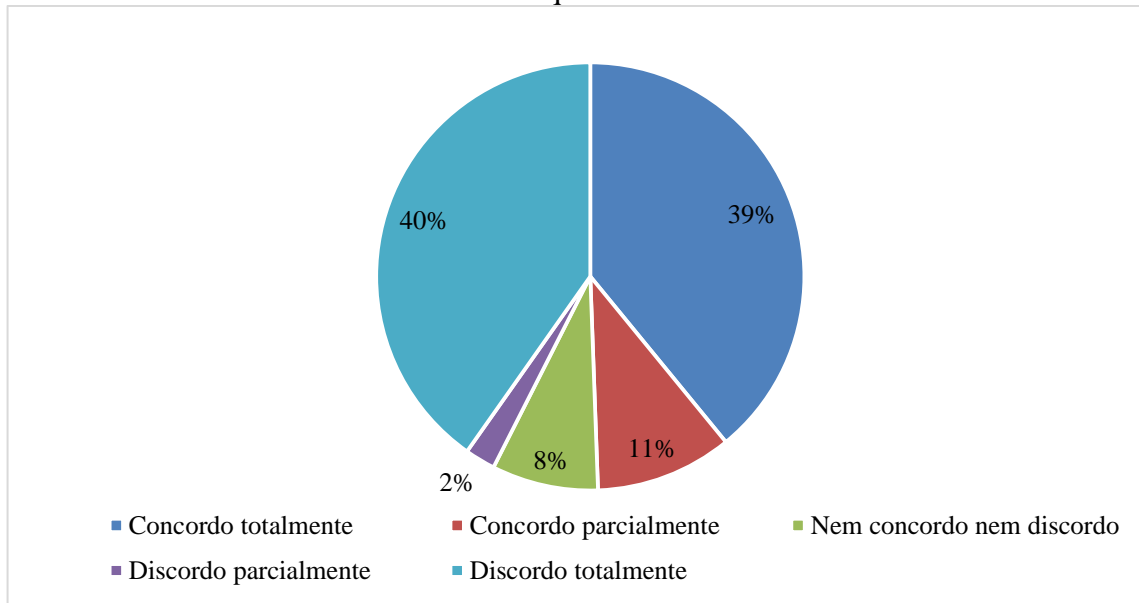


Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados acerca da existência das OSC na RDSEPT em relação à ajuda nas questões socioeconômicas aos moradores, do total dos entrevistados, 34 pessoas ou 39% responderam que concordam totalmente, sendo alguns justificando conforme a seguir: pois contribui, porém, tem pouca abrangência; sim porque, pessoas com seus pequenos negócios conseguiam renda quando havia eventos. Por outro lado, 35 pessoas ou 40% dos respondentes afirmaram que discordam totalmente, algumas justificativas foram: porque não abrange todos os moradores somente uma pequena parte; porque é em prol de uma pequena parcela da população; não há oferta; porque não tem conhecimento do que fazem. Dessa forma, nota-se que grande parte dos moradores da RDSEPT não reconhece que as OSC

influenciam na melhoria das questões econômicas das comunidades, ou que se existe, desconhecem. A seguir, no Gráfico 04 é apresentado as porcentagens das respostas dos moradores entrevistados.

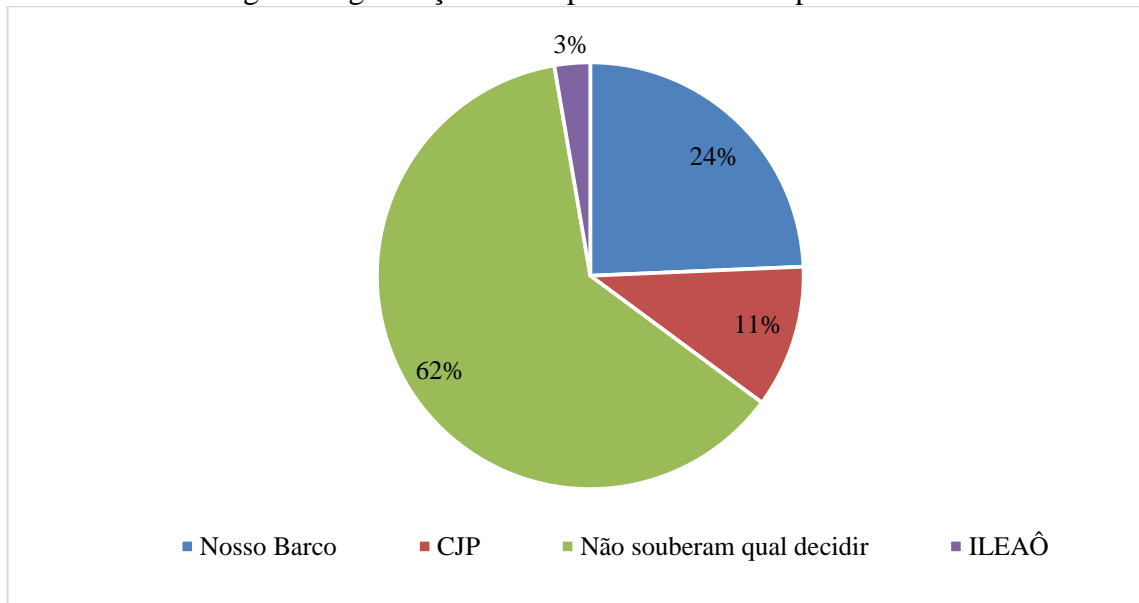
Gráfico 04 - Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda no desenvolvimento socioeconômico dos moradores das comunidades locais da Reserva? Por quê?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados sobre a solução de problemas, se os moradores pensam nas OSC para resolvê-los, do total dos respondentes (87 pessoas), 62 % disseram que sim, que pensam só que não sabiam qual decidir. E 38% dos respondentes disseram que não pensa em nenhuma para resolver algum problema. Dos que disseram sim, 24% citaram “NOSSO BARCO”, ou seja, um projeto que foi ligado a CJP (Organização da Sociedade Civil), 11% citaram a própria Organização da CJP e 3% citaram a ILEAÔ. É pertinente ressaltar que este projeto (NOSSO BARCO) ligado a esta organização (CJP) foi muito relevante para a Reserva, por ter sido citado inúmeras vezes como se fosse uma organização. A seguir, no Gráfico 05, são evidenciadas as porcentagens do questionamento subjetivo dos que disseram sim, como resposta.

Gráfico 05 - Quando você necessita de alguma ajuda de qualquer natureza você pensa em alguma organização social para solucionar o problema?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados a respeito de quem os moradores pensam como liderança para a RDSEPT, foi feita uma nuvem de palavras como sendo as palavras maiores sendo as mais citadas pelos respondentes, ou seja, das maiores as menores em ordem decrescente de citação. A utilização dessa técnica teve o intuito de facilitar a visualização dos mais citados. Sendo assim, a maioria dos respondentes citaram "Itá" (25, dos 87 moradores), logo em seguida com 23 dos respondentes mencionaram "nenhum" e o terceiro nome mais citado, equivalente a 16 dos respondentes, foi a palavra "vereador". Logo abaixo na Figura 10, é evidenciada esta representação chamada de nuvens de vocábulos.

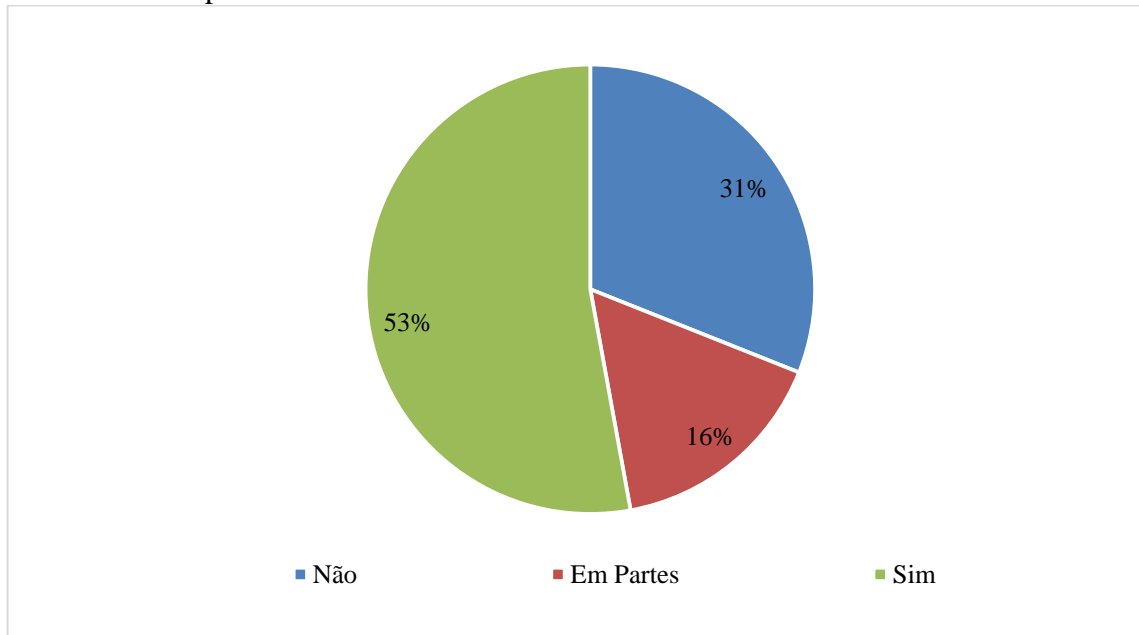
Figura 10 - Quando você pensa em uma liderança na comunidade, qual nome lhe vem à cabeça?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando os moradores foram questionados a respeito se a criação da RDSEPT foi algo positivo para a defesa territorial, dos 87 respondentes, 53% disseram ser um fator positivo, desses 53% alguns mencionaram ter sido a coisa mais importante que fizeram. Onde 16% disseram em parte, alguns argumentaram dizendo que “não conseguem realizar algumas coisas”. E dos 31% que disseram não, afirmaram que “prejudicou o desenvolvimento das comunidades”. De maneira informal muitos relataram que a criação da RDSEPT não protegeu de fato o território, que é permitido o ingresso de grandes empreendimentos e que barram o desenvolvimento dos de pequeno porte, prejudicando o desenvolvimento na melhoria econômica dos moradores carentes. A seguir, no Gráfico 06, são apresentadas as porcentagens referentes a esse questionamento. No caso, uma questão a ser ressaltada é que muitos moradores acabam fazendo críticas sobre as OSC, com se fossem apenas elas as responsáveis por gerir a RDSEPT, só que a obrigação Legal primordial é do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA).

Gráfico 06 - Você considera que a criação da Reserva Ponta do Tubarão foi um fator positivo para a comunidade na defesa do seu território tradicional?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Fazendo uma análise holística a respeito das informações levantadas é possível perceber que um pouco mais da metade dos moradores das 3 maiores comunidades da Reserva desconhecem o termo “Organizações da Sociedade Civil” e que confundem com o próprio poder público e até mesmo com a esfera privada. Por isso, é necessário haver sempre de maneira contínua, diálogos, e a disseminação de conhecimento entre os moradores locais sobre a existência dessas organizações, quais os papéis que as OSC exercem sobre a Reserva e suas respectivas influências positivas. Corroborando para o conhecimento entre os moradores das comunidades, a promoção de uma cultura sustentável que esses grupos exercem. Dessa forma, torna-se possível fazer associações mais coerentes e justas entre os moradores e essas organizações da sociedade civil, para que haja conseqüentemente uma maior compreensão por parte dos residentes desta Reserva sobre as OSC, e o reconhecimento da importância elevada desses grupos sociais para o processo de desenvolvimento sustentável da RDSEPT.

Ao longo das pesquisas em campo na Reserva, foi possível perceber por meio de diálogos com os moradores locais que, existe de maneira histórica uma espécie de rivalidades entre os moradores das comunidades, bem antes mesmo da criação da Reserva e que perdura até os dias atuais, isso acaba prejudicando a união necessária para que se faça jus às diretrizes

e aos objetivos de um dos tipos de unidade de conservação mais importantes já criadas no Estado, a RDSEPT, que seria a defesa do território e o modo de vida tradicional.

Um discurso recorrente de alguns moradores da RDSEPT é que alguns estão arrependidos de terem assinado a documentação de permissão para a criação da Reserva, devido à mesma impossibilitar de desenvolver economicamente a vida dos habitantes locais, e que explicaram na época de criação a importância para a preservação ambiental, sendo que atualmente permitem a instalação de grandes empreendimentos e dos próprios moradores não é permitido, o que distancia da função desta UC.

Sabe-se que as RDS são unidades de conservação de domínio público e cabe ao órgão gestor principal, no caso da RDSEPT é o Estado do Rio Grande do Norte realizar as devidas fiscalizações, para que se cumpram os objetivos deste tipo de UC. Nesta situação podemos perceber em certos momentos que essa crítica é transferida apenas para as OSC, o que seria um erro e uma injustiça.

Os moradores que desconhecem a função da Reserva e a atuação das OSC devem procurar obter o conhecimento necessário, bem como seus direitos e deveres enquanto povos tradicionais, para que se perceba a importância elevada de se pertencer à unidade de conservação dessa categoria e cobrar dos gestores ações condizentes com a Reserva. Dessa forma, possam usufruir dos inúmeros benefícios que ela pode gerar aos que nela residem. E também buscar conhecer essas organizações que atuam na RDSEPT, participar e se engajar para que possa haver um benefício mútuo de troca de conhecimento e melhoria na qualidade de vida de todos.

Neste trabalho de cunho primordialmente qualitativo, foram abordados conceitos atuais e relevantes a respeito das unidades de conservação no Brasil em suas diferentes abordagens, sobre o terceiro setor e as organizações da sociedade civil. Além também do conhecimento do que seria uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na RDS Estadual Ponta do Tubarão. Ao final fazendo uma associação entre a relevância das OSC para a sustentabilidade da RDSEPT por meio de interações conceituais e das análises das entrevistas aos representantes destas organizações.

Atualmente, vivemos em uma conjuntura ascendente de descrença sobre as organizações do terceiro setor ou organizações sem fins lucrativos. Antes o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) tinha a participação das Organizações da Sociedade Civil e pelo novo Decreto nº 9.806 de 28 de maio de 2019, já não permite essa atuação social, o que enfraqueceu a gestão participativa tão necessária e importante para as tomadas de decisões relacionadas ao Meio Ambiente. Isso possibilitou a centralização do poder na mão de

poucos, dificultando o processo do cumprimento da legislação ambiental e conseqüentemente na preservação da biodiversidade brasileira.

Dessa forma, faz necessário reafirmar a importância que esses grupos sociais têm para a promoção do desenvolvimento sustentável não só para a RDSEPT, mas também para o Brasil, muitas vezes realizando tarefas em defesa das questões socioambientais, onde muitas vezes o poder público se torna omissivo, essas organizações vem para dar um suporte ao equilíbrio socioambiental e ações que se preocupam com as atuais e futuras gerações.

Em suma, esta pesquisa possibilitou obter um conhecimento profundo acerca da importância elevada que esses grupos sociais têm desde bem antes da criação da Reserva até os dias atuais. Auxiliando no processo de melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais, com a preocupação em manter o modo de subsistência local, em consonância com a preservação dos ecossistemas e o equilíbrio ecológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral este estudo mostrou a relevância que as Organizações da Sociedade Civil têm para a RDSEPT e que elas possuem um papel fundamental no processo de sustentabilidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, porém há um alto nível de desconhecimento e descontentamento dos moradores das três maiores comunidades com o processo de influência das mesmas sobre o desenvolvimento econômico da UC.

Apesar disso, essas Organizações muitas vezes exercem a função que seria obrigação do Poder Público, como por exemplo, o processo de fiscalização por meio de denúncias e cuidados sobre os ecossistemas existentes na Unidade de Conservação Costeira. Por diversas vezes, esses grupos realizam eventos para a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais, estimulando e dialogando sobre os cuidados ambientais e a importância da preservação da biodiversidade local, além do auxílio na manutenção dos modos de vida tradicionais, corroborando para a prática dos objetivos primordiais de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Esta pesquisa comprovou a importância que esses grupos sociais exercem sobre a sustentabilidade da RDSEPT, porém sem o devido reconhecimento dos moradores locais, tanto sobre a existência das OSC, quanto em relação as ações por elas praticadas. Dessa forma, este estudo possibilita futuras pesquisas sobre a busca no entendimento do porquê existem essas divergências, se há falta de comunicação entre os moradores e estas organizações e compreender porque alguns habitantes da RDSEPT reconhecem essas ações benéficas e outros não.

REFERÊNCIAS

ALHO, C. J. R. Biodiversity of the Pantanal: response to seasonal flooding regime and to environmental degradation. **Brazilian Journal of Biology**, v. 68, n. 4, p. 957-966, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842008000500005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 17 jul.2020.

ARMANI, D. **O desenvolvimento sustentável como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil**. 2003. 10p.

BRANNSTROM, C.; GORAYEB, A.; SOUZA, W. A.; LEITE, N. S.; CHAVES, L. O.; GUIMARÃES, R.; GE, D. R. F. Perspectivas geográficas nas transformações do litoral brasileiro pela energia eólica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, p. 3-28, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7317861>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225: incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

CAMPOS, R. P. **Amazônia, UNASUL e desenvolvimento sustentável: o papel do Brasil (2003-2010)**. 2015. 176f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, M. F.; PAULA, V. A. Teoria Geral de Sistemas I. *In*: MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena (Orgs.). **Visão Sistêmica e Administração**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 1, p. -. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UyxrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=CAVALCANTI,+M.+F.%3B+PAULA,+V.+A.+Teoria+Geral+de+Sistemas+I.+In:+MARTINELLI,+Dante+Pinheiro%3B+VENTURA,+Carla+Aparecida+Arena+\(Orgs.\).+Vis%C3%A3o+Sist%C3%AAmica+e+Administra%C3%A7%C3%A3o.+S%C3%A3o+Paulo:+Saraiva,+2006.&ots=Fh5Miy0QC9&sig=aZP07pk-0SvpqtY-gyAYLtGUH0Y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UyxrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=CAVALCANTI,+M.+F.%3B+PAULA,+V.+A.+Teoria+Geral+de+Sistemas+I.+In:+MARTINELLI,+Dante+Pinheiro%3B+VENTURA,+Carla+Aparecida+Arena+(Orgs.).+Vis%C3%A3o+Sist%C3%AAmica+e+Administra%C3%A7%C3%A3o.+S%C3%A3o+Paulo:+Saraiva,+2006.&ots=Fh5Miy0QC9&sig=aZP07pk-0SvpqtY-gyAYLtGUH0Y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. Ed. Compacta, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

DARBY, S. **Natural resource governance**: new frontiers in transparency and accountability. London: Open Society Foundation, 2010. Disponível em: <https://www.transparency-initiative.org/archive/wp-content/uploads/2011/05/natural_resources_final1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO. Infraestrutura e Meio Ambiente. **Reserva de desenvolvimentos sustentáveis**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-rds-conceito/>>. Acessado em 20 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAVIČ, Peter; LUKMAN, Rebeka. Review of sustainability terms and their definitions. **Journal of cleaner production**, v. 15, n. 18, p. 1875-1885, 2007.

GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C.; ANDRADE MEIRELES, A. J.; SOUSA MENDES, J. Wind power gone bad: Critiquing wind power planning processes in northeastern Brazil. **Energy Research & Social Science**, v. 40, p. 82-88, 2018. Disponível em: <<http://www.observatoriodaenergiaeolica.ufc.br/wp-content/uploads/2019/08/1-s2.0-S2214629617304425-main.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

GORAYEB, A.; MENDES, J. S. ; MEIRELES, A. J. de A. ; BRANNSTROM, C. ; SILVA, E. V.; FREITAS, A. L. R. Wind-energy Development Causes Social Impacts in Coastal Ceará state, Brazil: The Case of the Xavier Community. **Journal of Coastal Research**, v. 75, p. 383-383, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333520836_Wind-energy_Development_Causes_Social_Impacts_in_Coastal_Ceara_state_Brazil_The_Case_of_the_Xavier_Community>. Acesso em: 06 dez. 2021.

GUIMARÃES, C. A. F. **O novo paradigma holístico**. 2000. Disponível em: <http://www.assepe.org.br/artigos/carlos_Holistica.pdf>. Acessado em: 26 jul.2020.

GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; FRANÇA, F.; HOLMES, R. M.; RICARTE, F. M.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. O.; BRITO, M. C. W. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília v. 3, p. 109-119, dez. 2009.

HAMPTON, D. R. **Administração contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Makroon Books, 1992.

HOVE, H. Critiquing Sustainable Development: A Meaningful Way of Mediating the Development Impasse? **Undercurrent**, v.1, n.1, 2009.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Markron Books, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros – meio ambiente 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/meio_ambiente_2002/default.shtm> Acesso em: 10 jul. 2020.

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo da RDS estadual ponta do tubarão**: diagnóstico da reserva de desenvolvimento sustentável estadual ponta do tubarão. Natal, 2018, 390p.

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. **Relatório Técnico do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão**. Natal, 2007.

IOSCHPE, E. B. et al. Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. In: **Encontro Ibero-americano do terceiro setor, III**. 2000. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KELLY, R.; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. Futures thinking to achieve sustainable development at local level in Ireland. **Foresight**, v.6, n.2, p.80-90, 2004.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes. Petrópolis, 2009. 439p.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Editora Vozes. Petrópolis, 2001. 343p.

LEWIS, D. **The management of non-governmental development organizations**. London: Routledge, 2001.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

LIMA, G. F. C. Sociedade civil e meio ambiente: a atuação das ONGs socioambientais na região metropolitana de João Pessoa–PB e sua contribuição à legitimação social dos problemas ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 499-520, ago, 2016.

LOPES, L. F.; SANTOS, B.; XAVIER, I. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil**: a construção a agenda no governo federal: 2011-2014. Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wunAC6>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LOPEZ, F. G. **Perfil das organizações na sociedade civil do Brasil**. Brasília: IPEA, 2018. 176 p.

LOPEZ, F.; BARONE, L. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais**: tipologia e análise de convênios e organizações. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/QmvFJD>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LOUREIRO, C. V.; GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Implantação de energia eólica e estimativa das perdas ambientais em um setor do litoral oeste do Ceará, Brasil. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, p. 24-38, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/361>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

- LOURENÇO, N.; MACHADO, C. R. Mudança Global e Geopolítica dos Recursos Naturais. **Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais**, v. 3, n. 5, 2013. p.81-100. Disponível em: < http://www.researchgate.net/publication/262485343_Mudana_Global_e_Geopolitica_dos_Recursos_Naturais>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- MAGALHÃES, H.; BONONI, V. L. R.; MERCANTE, M. A. Participação de sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 183-192, 2010.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MEIRELES, A. J. A. **Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, n. 5, Jan-Jun, 2010.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pilares para a sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao/06112009092144.pdf>. Acessado em: 19 jul. 2020.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/wp-content/uploads/sites/81/2018/02/205_publicacao03022011100749.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.
- QUADROS, J.; GIRALDI-COSTA, A. C.; SEZERINO, F. S.; SANTOS, P. A. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, set/dez, 2015.
- REIS, E. A.; REIS, I. A. Análise Descritiva de Dados-Tabelas e Gráficos. **Relatório Técnico RTE04/2001**. Belo Horizonte: Departamento de Estatística–ICEX/UFMG, 2001.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makroon Books, 1996.
- RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 8.349 de 18 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Poder Executivo, Natal, RN, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei 8.349, de 18 de Julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Poder Executivo, Natal, RN, 2003.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 28, p. 75-88, jul/dez. 2013.

SACHS, Ignacy. In: NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHERER, M. SANCHES, M. NEGREIROS, D. H. Gestão das zonas costeiras e políticas públicas no Brasil: um diagnóstico. In: BARRAGÁN MUÑOZ, J.M. (Org.). 2009. **Manejo Costero Integrado y Política Pública em Iberoamérica: Un diagnóstico. Necesidad de Cambio**. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, 2009. p. 1-37. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285131003_Gestao_das_Zonas_Costeiras_e_as_Politiclas_Publicas_no_Brasil_um_diagnostico>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SILVA, G. B. S.; MELLO, A. Y. I.; STEINKER, V. A. **Unidades de conservação no bioma cerrado: desafios e oportunidades para a conservação no Mato Grosso**. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 37, n. 3, p. 541-554, set./dez. 2012.

SILVA, L. R. A participação popular na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT): relações de pertencimento. In: CAMACHO, R. G. V. et al. Educação e Sustentabilidade em Unidades de Conservação. Edições UERN: Mossoró, 2015.

TRISTÃO, V. T. V.; TRISTÃO, J. A. M. A contribuição das ONG's para a educação ambiental: uma avaliação da percepção dos stakeholders. A contribuição das ONGS para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos Stakeholders. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 47-66, 2016.

UEJIMA, H. S. Unidades de conservação e território: conflitos e convergências na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba-PR. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 2, p. 35-35. Jun. 2007.

VEIGA, J. E.. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, L. P.; SALES, R. R. Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS: Análise da Categoria de Manejo e Proposta de Regulamentação. **WWF – Brasil**, Brasília, 2006.

WDPA - WORLD DATABASE ON PROTECTED AREAS. 2009. Disponível em: <<http://www.wdpa.org/>> Acessado em: 15 ago. 2020.

WWF-BRASIL; FGV. Estudo estabelece parâmetros legais para proteção de Unidades de Conservação. **Guia para avaliação legislativa de projetos de recategorização, redução e extinção de unidades de conservação**, 2021. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?77811/estudo-estabelece-parametros-legais-para-protecao-de-UCs>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Caro (a) Senhor (a),

Esta entrevista foi desenvolvida com o intuito de obter dados que possam contribuir para a elaboração de uma dissertação de mestrado vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Este estudo tem o objetivo de compreender a influencia dos grupos sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Vale lembrar que não existe certo ou errado nas respostas e dessa forma fiquem a vontade para responder, além de serem mantidas as identidades dos respondentes.

DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS
MESTRANDA

RODRIGO GUIMARÃES
ORIENTADOR

VINICIUS SÁ
CO-ORIENTADOR

1) PERFIL - Faixa Etária:

de 18 a 25 anos ()

de 26 a 30 anos ()

31 a 40 anos ()

41 a 50 anos ()

mais de 50 anos ()

feminino () masculino () não quis responder ()

Escolaridade: _____

Tempo de atuação na organização: _____

Tempo de existência da organização: _____

2) Qual a missão, visão e valores desta organização?

3) Quantas pessoas participam ativamente da organização?

- 4) Quais as principais atividades exercidas pelas pessoas desta organização?
- 5) Você acredita que os indivíduos que fazem parte desta organização se sentem motivados a participar de projetos de cunho socioambiental? Por que?
- 6) Existe muita rotatividade entre os participantes da organização?
- 7) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que fazem parte desta organização?
- 8) Como esta organização vem contribuindo para a preservação ambiental?
- 9) As pessoas que fazem parte desta organização estimula o desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais locais?
- 10) Quais os desafios atuais para manter o funcionamento desta organização?
- 11) Quais são as perspectivas para os próximos anos em relação à existência desta organização?
- 12) As ações praticadas pelo indivíduos desta organização são baseadas sempre pensando na sustentabilidade local?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO

Caro (a) Senhor (a),

Este questionário foi desenvolvido com o intuito de obter dados que possam contribuir para a elaboração de uma dissertação de mestrado vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Este estudo tem o objetivo de compreender a influencia dos grupos sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Vale lembrar que não existe certo ou errado nas respostas e dessa forma fiquem a vontade para responder, além de serem mantidas as identidades dos respondentes.

COMUNIDADE: Diogo Lopes () Barreiras () Sertãozinho ()

DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS
MESTRANDA

RODRIGO GUIMARÃES
ORIENTADOR

VINICIUS SÁ
CO-ORIENTADOR

- 1) Você conhece alguma organização da sociedade civil atuante na Reserva?
Sim () Quais? _____ Não ()
- 2) Você acha importante a atuação desses grupos para a qualidade de vida na Reserva?
Por que? _____
() concordo totalmente
() concordo parcialmente
() nem concordo nem discordo
() discordo parcialmente
() discordo totalmente

3) Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda na preservação ambiental da Reserva? Por que? _____

- concordo totalmente
- concordo parcialmente
- nem concordo nem discordo
- discordo parcialmente
- discordo totalmente

4) Você acha que a presença das organizações da sociedade civil ajuda no desenvolvimento socioeconômico dos moradores das comunidades locais da Reserva? Por que?

- concordo totalmente
- concordo parcialmente
- nem concordo nem discordo
- discordo parcialmente
- discordo totalmente

5) Quando você necessita de alguma ajuda de qualquer natureza você pensa em alguma organização social para solucionar o problema?

Sim? Quais? _____ Não: _____

6) Quando você pensa em uma liderança na comunidade, qual nome lhe vem à cabeça?

7) Você considera que a criação da Reserva Ponta do Tubarão foi um fator positivo para a comunidade na defesa do seu território tradicional?

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Campus Central – Mossoró
Curso de Mestrado em Geografia- Ppgeo

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **“ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO”** coordenada pelo (a) **Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o senhor (a) será submetido ao seguinte procedimento: entrevista e questionário cuja responsabilidade de aplicação é de Débora de Macêdo Medeiros, Mestranda em Geografia, do curso de Mestrado em Geografia do Campus Avançado “Central Universitário - da Faculdade de Ciências Econômicas”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “ Analisar a importância das ações desenvolvidas pelas principais organizações da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável da RDSEPT.”. E como objetivos específicos: Levantar as ações praticadas pelas OSCs; Identificar a percepção dos representantes das OSCs com as medidas práticas de sustentabilidade tomadas em relação às questões econômicas, sociais e ambientais da RDSEPT; Determinar os desafios e perspectivas atuais e futuras das OSCs.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de contribuir para facilitar a criação de políticas públicas específicas ao melhoramento e continuidade destas organizações e o surgimento de medidas proativas contínuas para alavancar o desenvolvimento sustentável, além de corroborar para uma conscientização por parte da sociedade local e uma cultura sustentável. E provar que é possível crescer, gerar emprego e renda sem que para isso necessite agredir o meio ambiente, sempre preservando a fauna e a flora local e permitindo um futuro digno as próximas gerações.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS aplicará o questionário e somente a discente DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Gestão Ambiental, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador (a) Débora de Macêdo Medeiros do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Central, no endereço Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, km 48, Bairro Costa e Silva - Mossoró/RN | 59600-000 Tel. (84) 3315-2198. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** – Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto s/n - Aeroporto Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3312-7032.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a)pesquisador(a) Débora de Macêdo Medeiros .

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa -CEP farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. Todos os participantes serão maiores de 18 anos, além de serem num total de cento e cinco (105) pessoas, nas comunidades da Reserva supracitada. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

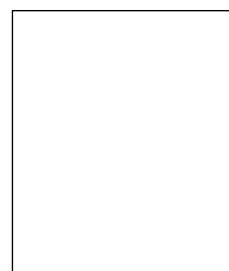
Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa **“ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO”**. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos nos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Macau, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador

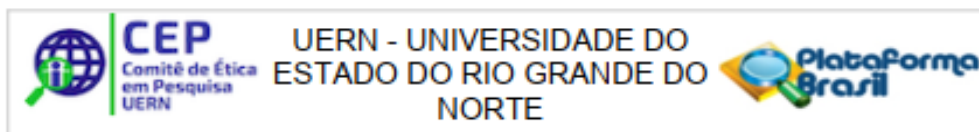
Assinatura do Participante



Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) - Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n - Aeroporto
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3312-7032.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO

Pesquisador: DEBORA DE MACEDO MEDEIROS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 44775020.4.0000.5294

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.838.605

Apresentação do Projeto:

O presente projeto almeja primordialmente extrair resultados, informações e conhecimento através de uma pesquisa qualitativa profunda a cerca da importância das ações que são tomadas pelas principais organizações não governamentais para promover o desenvolvimento sustentável da RDSEPT (Reserva de desenvolvimento sustentável ponta do tubarão). A fim de facilitar a criação de políticas públicas específicas ao melhoramento e continuidade destas organizações e o surgimento de medidas proativas contínuas para alavancar o desenvolvimento sustentável, além de corroborar para uma conscientização por parte da sociedade local e uma cultura sustentável. E provar que é possível crescer, gerar emprego e renda sem que para isso necessite agredir o meio ambiente, sempre preservando a fauna e a flora local e permitindo um futuro digno as próximas gerações. A pesquisa será de caráter exploratório e descritiva onde existe o desenvolvimento de novas ideias e conceitos levantados pelo próprio investigador, cujo estudo tem a finalidade de obter maiores informações sobre um tema que necessita ser aprofundado.

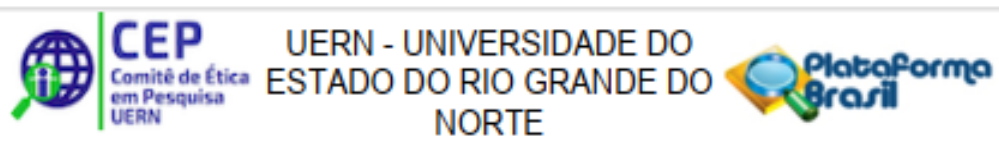
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a importância das ações desenvolvidas pelas principais organizações da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável da RDSEPT.

Objetivo Secundário:

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto **CEP:** 59.607-360
UF: RN **Município:** MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 **E-mail:** cep@uern.br



Continuação do Parecer: 4.838.605

- Levantar as ações praticadas pelas OSCs (Organizações da Sociedade Civil)
- Identificar a percepção dos representantes das OSCs com as medidas práticas de sustentabilidade tomadas em relação às questões econômicas, sociais e ambientais da RDSEPT
- Determinar os desafios e perspectivas atuais e futuras das OSCs.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de contribuir para facilitar a criação de políticas públicas específicas ao melhoramento e continuidade destas organizações e o surgimento de medidas proativas contínuas para alavancar o desenvolvimento sustentável, além de corroborar para uma conscientização por parte da sociedade local e uma cultura sustentável. E provar que é possível crescer, gerar emprego e renda sem que para isso necessite agredir o meio ambiente, sempre preservando a fauna e a flora local e permitindo um futuro digno as próximas gerações. Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS aplicará o questionário e somente a discente DÉBORA DE MACÊDO MEDEIROS e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados e adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV-2, novo Coronavírus); Considerando a forma

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
UF: RN Município: MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uem.br

Continuação do Parecer: 4.838.605

de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual; O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1669343.pdf	25/05/2021 00:14:52		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_atualizada.pdf	25/05/2021 00:09:38	DEBORA DE MACEDO	Aceito
Outros	modelo_dispensa_assinatura_em_virtude_da_pandemia.pdf	11/04/2021 00:37:18	DEBORA DE MACEDO	Aceito
Outros	declaracao_inicio_pesquisa.pdf	11/04/2021 00:34:33	DEBORA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/04/2021 00:32:15	DEBORA DE MACEDO MEDEIROS	Aceito
Outros	autorizacao_pag_3.PNG	17/02/2021 11:01:55	DEBORA DE MACEDO	Aceito
Outros	autorizacao_pag_2.PNG	17/02/2021 11:01:31	DEBORA DE MACEDO	Aceito
Outros	autorizacao_pag_1.PNG	17/02/2021 10:59:48	DEBORA DE MACEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.docx	08/12/2020 15:37:08	DEBORA DE MACEDO MEDEIROS	Aceito

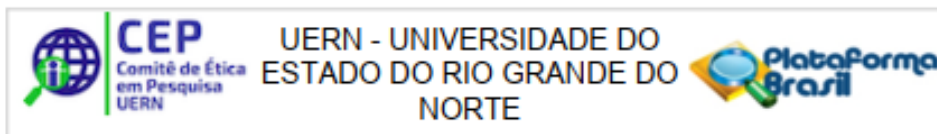
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
UF: RN Município: MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 4.838.605

MOSSORO, 09 de Julho de 2021

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôres
(Coordenador(a))

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO IDEMA

10/12/2020

SE/BEARH - 7746255 - Autorização

IDEMA
Instituto de Desenvolvimento Sustentável
e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

Autorização nº 48/2020/IDEMA - NUC/IDEMA - DT/IDEMA - DG
Ao(À) Sr(a). Débora

AUTORIZAÇÃO: N°95/2020 NUC-IDEMA

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte por meio do Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação (NUC), no âmbito de sua área de competência e considerado:

A Lei Complementar Estadual nº 272 de 03 de março de 2004 que institui o Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SEUC;

A relevante contribuição que a pesquisa científica presta à administração e manejo de unidades de conservação, propiciando o uso do conhecimento na análise de problemas e na tomada de decisão.

AUTORIZA a pesquisa em Unidade de Conservação de Proteção Integral, a saber:

1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

2. ATIVIDADE/PESQUISA:

Análise da atuação de organizações não governamentais para a sustentabilidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

3. RESPONSÁVEL AUTORIZADO

Nome	Formação/Função
Débora de Macêdo Medeiros	Pesquisadora
Rodrigo Guimarães	Orientador

4. CONSIDERAÇÕES

- A unidade de conservação é um espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação *in situ* e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Neste sentido é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, a melhor relação das populações residentes com seu meio e a educação ambiental, sujeitando-se a prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade as condições e restrições por esta estabelecida e as normas previstas em regulamento.

https://sei.m.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=8736295&info_sistema... 1/3

- As ações realizadas nas UC estaduais do Rio Grande do Norte se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;
- Os objetivos desta pesquisa são de relevante interesse para o Núcleo de Unidades de Conservação – NUC, pois visa Analisar a importância das ações desenvolvidas pelas principais organizações não governamentais para o desenvolvimento sustentável da RDSEPT.
- Este projeto é viabilizado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte- UFRN.
- Os métodos a serem executados no projeto são apropriados aos objetivos propostos.

5. . RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

- O Comitê de Ética, assim como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CGEN), quando for o caso, deverá ser consultado a fim de se ter as devidas autorizações e/ou licenças que se façam necessárias;
- Após o encerramento da pesquisa, o pesquisador se responsabiliza em disponibilizar os resultados alcançados para o Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação.

6. . RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)

- O Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação autoriza apenas o acesso às unidades de conservação estaduais, não autorizando a coleta de nenhum tipo de material biológico. Coletas de qualquer natureza deverão ser respaldadas por autorização via ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO;
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicada ao Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação pesquisaucrn@gmail.com;
- Sendo assim, a pesquisa fica autorizada no período de 04 de novembro de 2020 a 04 de novembro de 2021 podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação e justificativa;
- Em todas as divulgações, devem ser citadas o Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA;
- Após o término da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório geral nos moldes do NUC no prazo de até 45 dias, e os demais resultados solicitados, no prazo de até 120 dias. Esta ação condicionará na emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo;
- O Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação está estruturando o banco de dados de pesquisa, como parte da política de dados, o resultado das pesquisas nas UC estaduais devem ser enviados ao Núcleo de Gestão de Unidades de Conservação no formato de metadados, visando o auxílio às pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC;
- Os resultados direcionados ao NUC estão abaixo e serão exigidos:

Relatório final - cópia formato digital

Tese, Dissertação, Monografia, Artigos e publicações - cópia ou link para acesso.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

Natal/RN, 04 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IALYNE EVARISTO CARNEIRO**, Terceirizada, em 04/12/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONLENE DE SOUSA AGUIAR**, Diretor Geral, em 10/12/2020, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7746255** e o código CRC **4723C676**.